

Cláudia da Rocha Pereira

REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO MODERNO

PALÁCIO DA JUSTIÇA DE SANTA MARIA DA FEIRA

TRABALHO DE PROJETO
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA

JULHO, 2019

Cláudia da Rocha Pereira

REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO MODERNO

PALÁCIO DA JUSTIÇA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Michele Cannatà.

Declaro que este Trabalho de Projeto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Porto, de de

Declaro que esta Dissertação / Relatório / Tese se encontra em condições de ser apreciada (o) pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Porto, de de

AGRADECIMENTOS

No decorrer deste percurso, foram várias as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que hoje tudo fizesse sentido. É verdade que existiram momentos difíceis, de questionamento, mas encontrei sempre palavras de força e motivação. E, como acho que o nosso caminho é feito de pessoas e para pessoas, faz todo o sentido agradecer a quem me apoiou, de uma ou outra forma.

Agradeço, em primeiro lugar, à ESAP, a todos os professores pelos conhecimentos transmitidos, mas em especial, ao professor Michele Cannatà pela incansável disponibilidade. Agradeço-lhe professor pelos conhecimentos e pelas conversas de arquitetura e desta profissão, que são sem dúvida inspiradoras.

À minha família, em especial aos meus pais, por todo o amor que têm por mim e pelos sacrifícios que fazem para que eu concretize os meus sonhos.

Ao Fábio, pelo companheirismo ao longo destes anos e por acreditar sempre em mim.

À Mariana, que desde o primeiro dia me acompanhou e partilhou esta aventura comigo.

À Maria, por todo o apoio e amizade.

Ao Paulo, por todas as oportunidades e conhecimentos que me transmitiu.

Ao Filipe, ao Miguel, por estarem sempre disponíveis para me ajudar.

À Patrícia, que foi incansável na ajuda para este trabalho final.

A todos, o meu mais sincero Muito Obrigada.

RESUMO

REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO MODERNO

PALÁCIO DA JUSTIÇA DE SANTA MARIA DA FEIRA

O presente trabalho procura refletir de que forma a arquitetura pode ajudar a criar espaços de modo a dignificar as suas funções. Que características devem ter? Como deve comportar o edifício? Que espaço e forma?

Este exercício tem como objetivo a reabilitação do edifício do antigo Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira, da autoria do arquiteto Viana de Lima. Para completar o vasto programa jurídico foi desenhado um edifício de ampliação.

Para tal, foi realizada uma investigação teórica que se debruça sobre a origem da justiça, dos primeiros Tribunais, quais as características e as problemáticas destes equipamentos. Paralelamente, foram analisadas várias obras nacionais e internacionais, tendo sido selecionado dois casos de estudo para complementar o conhecimento teórico.

Todo este trabalho visa preservar a memória do lugar, respeitar o património Moderno, as características da obra e de uma forma muito subtil adaptá-la, para que consiga no século XXI exercer as funções para a qual foi projetada.

ABSTRACT

The present work attempts to make a reflection in how Architecture can help create spaces in order to dignify their core functions. Which characteristics should they have? How should the building behave? What about the space and its shape?

The aim of this work is to rehabilitate the building of the former *Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira*, by the architect Viana de Lima. An extension is plan to complete the vast program requirements.

To achieve this goal, a theoretical investigation was conducted in order to examine the origins of modern justice, the first Courts, the characteristics and problematics of these equipment's. At the same time, several national and international works were analyzed, and two case studies were selected to complement the theoretical knowledge.

The entirety of this work aims to preserve the memory of the palace, its heritage and building characteristics as well as adapt it, in a very subtle way, into a modern 21st century functional building.

ÍNDICE

1. Introdução	
1.1. Âmbito e objetivos	1
1.2. Metodologia de trabalho	2
2. As origens da arquitetura judiciária: análise e estudo da tipologia	
2.1. Enquadramentos de conceitos	5
2.2. Evolução da tipologia da arquitetura judicial	7
2.3. A arquitetura judiciária em Portugal	11
2.4. Os Tribunais no século XXI	17
3. Reflexão sobre os perfis da arquitetura judiciária em Portugal	
3.1. Implicações dos espaços arquitetónicos no edifício judicial	21
3.2. Conclusões	27
4. Casos de estudo	
4.1. Viana de Lima: o seu contributo para a arquitetura Moderna em Portugal	31
4.2. Tribunal judicial de Ovar	37
4.3. Palácio da Justiça de Gouveia	43
5. Projeto de reabilitação do Palácio da Justiça	
5.1. O lugar	49
5.2. Conclusões	51
6. Projeto de arquitetura: ampliação do Palácio da Justiça	
6.1. Programa geral	57
6.2. Conceito e projeto	61
7. Considerações finais	73
8. Bibliografia	75
Anexos	79

1. Introdução

1.1. Âmbito e Objetivos

O presente trabalho surge da necessidade de compreender de que forma nós, enquanto seres humanos, necessitamos de nos sentir em segurança e como a arquitetura pode influenciar a nossa perceção. Assim, pretendeu-se explorar o papel da arquitetura nos espaços judiciais, proporcionando ambientes que não só dignifiquem o espaço, como também os utilizadores.

O objetivo desta tese é a reabilitação e posterior ampliação do Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira, da autoria do arquiteto Alfredo Viana de Lima, bem como a reestruturação e qualificação de toda a envolvente próxima ao local. O legado que Viana de Lima deixou para a arquitetura Moderna portuguesa é indiscutível, não só pela linguagem formal, qualidade das intervenções, delicadeza de inserção das obras no tecido urbano, entre outros fatores, que revelam razões suficientes para uma reflexão da importância deste edifício não só para a cidade, bem como para o património arquitetónico.

Contudo, as instalações revelam-se insuficientes neste momento sendo necessária uma ampliação, de modo a dar resposta ao programa extenso que um Tribunal Judicial de Comarca do século XXI necessita. Ao mesmo tempo, um equipamento deste carácter tem um impacto significativo no tecido urbano da cidade, e é importante integrá-lo, potenciando a solução urbana e paisagística no território.

Portanto, são abordadas questões de reabilitação do património agregadas a questões de projeto de raiz, onde se une a modernidade à contemporaneidade. Será feito, numa primeira fase, uma análise e reabilitação do antigo Palácio da Justiça, preservando e salientando os seus pontos fortes, e posteriormente será desenvolvido um projeto para um novo Tribunal que complementa e se integra com o existente.

É de salientar que o presente estudo visa um reconhecimento das potencialidades que o edifício demonstra, sempre com a consciência das limitações de um trabalho académico.

1.2. Metodologia de trabalho

O presente trabalho foi desenvolvido em dois momentos, o primeiro de pesquisa teórica e o segundo de exposição e justificação das opções tomadas na reabilitação e no projeto de raiz. Deste modo o trabalho foi desenvolvido em quatro etapas:

1ª-Identificação do tema;

2ª- Pesquisa teórica para a compreensão e análise;

3ª- Análise e comparação de casos de estudo;

4ª- Aplicação dos princípios e conceitos apreendidos na reabilitação e no projeto de arquitetura do Palácio da Justiça.



Figura 1– Deusa Diké



Figura 2– Deusa Institia

2. As origens da arquitetura judiciária: análise e estudo da tipologia

2.1. Enquadramento de conceitos

Justiça¹, do latim *justitia*, tem como significado, a virtude moral que inspira o respeito pelos direitos de cada cidadão e a atribuição do que é devido a cada um. É a aplicação das leis para solucionar litígios, julgar causas e atribuir sanções de forma imparcial e o mais justa possível.

Os povos Gregos e Romanos, já tinham uma visão simbólica do conceito justiça, representado através da imagem feminina de Deusas. Embora com diferenças, era através da mitologia que representavam este conceito, e ainda nos dias de hoje é comum associar um edifício de caráter jurídico a uma figura divina. Na Grécia, Diké, é representada de olhos abertos em busca da verdade, com uma espada de riste na mão direita e uma balança na mão esquerda. Na mitologia romana, a justiça é representada por Iustitia de olhos vendados, com uma balança na mão, para representar a imparcialidade e a igualdade.²

Direito³, do latim *directu*, possui o significado de aquilo que é justo e conforme a lei. Enquanto adjetivo é algo integro, imparcial perante as diversas situações. Existe uma necessidade de se estabelecerem regras e leis que permitam a todos os cidadãos possuírem direitos e deveres. Em suma" (...) *o direito constitui um conjunto de regras de conduta e normas, estabelecidas para regular as relações sociais garantidas pela intervenção do poder público através de uma sanção, sendo certo que a aplicação dessas sanções deverá estar diretamente ligada à ideia de justo/correto*".⁴

Não existe nunca uma verdade absoluta, ou seja, cabe ao Homem tomar as decisões o mais imparcialmente possível, com um sentido de justiça relativo a valores éticos e morais pré-estabelecidos. É comum associar direito e justiça, uma vez que ambos se referem ao que é justo.

¹ Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/justi%C3%A7a>, consultado a 03 de abril de 2018

² In SANVITO Paulo Celso, "A justiça e a finalidade do Direito", artigo

³ Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/direito>, consultado a 03 de abril de 2018

⁴ In SANVITO Paulo Celso, "A justiça e a finalidade do Direito", artigo

O **Tribunal**⁵ (do latim *tribunale*) é o espaço onde se institucionaliza a justiça, se administra a legislação, com o intuito de resolver litígios, através de um conjunto de magistrados. Segundo a autora Dora Fernandes⁶, o termo tribunal *"generalizou-se no período do Liberalismo⁷, durante o processo de estatização da Justiça, sendo utilizado para demarcar a diferença em relação às várias justiças de foro local"*. Antes deste período o vocábulo mais utilizado seria *"casa"* para designar o local onde se exercia este poder. Os Tribunais são *"órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo"*⁸. Na administração da justiça, subentende-se defender os direitos e interesses dos cidadãos, institucionalizando as leis, com o objetivo de apurar a justiça e obter a verdade.

É de salientar, todos estes conceitos acima referenciados estão em plena associação, e fazem parte integrante da inserção de normas e regras de conduta, que gerem e permitem o convívio social da sociedade. *"A Justiça, obtida pela ação do Direito, não é atemporal e insuscetível de questionamentos, uma vez que o Direito acompanha a dinâmica dos valores humanos e sociais e é um instrumento para a sociedade organizada exercitar o poder."*⁹

2.2. Evolução da tipologia da arquitetura judicial

O Tribunal é o espaço que institucionaliza a justiça e administra a legislação de um determinado país. Embora a sociedade sempre se tenha regido por leis, por vezes crentes que seriam divinas, os tribunais nem sempre tiveram um espaço físico fechado, com condições para delegar sentenças.

Durante muitos séculos, os julgamentos eram realizados ao ar livre, junto a pedras sagradas ou debaixo de árvores, por serem locais de fácil acesso ou considerados de culto sagrado¹⁰. Com o passar do tempo, os julgamentos passam a ser feitos em praça pública, quase como um espetáculo, em locais que permitam um agrupamento momentâneo de pessoas.

⁵ Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa0/Tribunal> consultado a 3 de abril de 2018

⁶ In Fernandes Dora, "Museu Domus Ivstitiae- Casa da Justiça. Proposta de uma rede museal para a Justiça", Dissertação de Tese de Mestrado

⁷ Durante os séculos XVII e XVIII na Europa.

⁸ VASCONCELOS Luís, RASCÃO Bruno, "Espaços da Justiça", 2009

⁹ In SANVITO Paulo Celso, "A justiça e a finalidade do Direito", artigo

¹⁰ Branco Patricia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015



Figura 3- Cadeia da Relação do Porto

Mais tarde, surge o Tribunal da Corte, onde o próprio monarca exerce o poder judicial¹¹. Normalmente estes rituais eram acompanhados da Bíblia e um oratório¹².

A partir do século XII, começaram a surgir espaços fechados que albergavam estes acontecimentos¹³. Eram espaços que continham os poderes municipais e jurídicos, permitindo deste modo, uma concentração de serviços. A partir da Idade Média, na Europa, iniciou-se um processo de construção de espaços cívicos com o propósito de expressar a prosperidade e poder sócio-económico através da arquitetura imponente destes espaços. Estas construções eram sinónimo de uma afirmação e legitimação do poder do país. Deste modo, estes edifícios desenvolviam-se em dois pisos, onde o rés do chão era ocupado pela prisão, e no piso superior encontravam-se os espaços de administração e sala de audiências.¹⁴ Estes primeiros edifícios demonstram o carácter simbólico de austeridade através das fachadas e colunas ornamentadas, escadarias centrais com materiais nobres, entre outros elementos, que fazem parte de uma ideia de soberania que a justiça pretende transmitir.

A partir do século XIV "começam paulatinamente a reunir em recintos fechados (...). Durante este período assiste-se ao aparecimento de um conjunto de edificações destinadas a albergar o exercício judicial (...). São os primeiros passos na emergência de uma arquitetura de Justiça. O sistema judicial complexifica-se e o antigo Tribunal da Corte dá lugar a vários Tribunais Régios e Tribunais Superiores, que apostam na solenização dos seus espaços como reflexo de políticas de afirmação do poder central. (...) este período fica marcado pelo aparecimento de um conjunto considerável de exemplares ricos de arquitetura de Justiça: marcam este período, (...) a Cadeia da Relação do Porto, (...)"¹⁵.

Estes equipamentos eram facilmente reconhecíveis, através da escala imponente, materiais nobres de revestimento com ornamentos e brasões. Na maioria das vezes, o edifício era elevado com um embasamento e continha uma escadaria central. No interior usufruíam de pé direito duplo nos espaços, escadarias de grande escala e espaços amplos, com decorações cuidadas e pinturas de alegorias relativas à justiça.

¹¹ In Fernandes Dora, "Museu Domus Ivstitiae- Casa da Justiça. Proposta de uma rede museal para a Justiça", Dissertação de Tese de Mestrado

¹² Idem

¹³ Branco Patricia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015

¹⁴ Idem

¹⁵ In Fernandes Dora, "Museu Domus Ivstitiae- Casa da Justiça. Proposta de uma rede museal para a Justiça", Dissertação de Tese de Mestrado

Com o fim da Idade Média, o Direito e a Justiça ganharam outra dimensão traduzindo-se numa nova forma de arquitetura: Palácio da Justiça. Este conceito, dá ao edifício uma escala mais humana, integrando-o na malha urbana de uma forma subtil.¹⁶ *"Os Palácios da Justiça da modernidade apresentam uma imagem de simetria, equilíbrio e de estabilidade. A verticalidade rígida dos edifícios tem um efeito persuasor, (...) pedagógico, que também é visível nas suas decorações, que ensinam a moral e os bons costumes, bem como a lealdade que os juízes, enquanto servidores públicos, devem ter ao Estado (...)." Esta verticalidade inspira uma distância em termos processuais entre a justiça e o cidadão. Contudo, "o século XX assistiu, a uma mudança no que toca à arquitetura dos tribunais, que deixaram de ter sinais distintivos."*¹⁷

2.3. A arquitetura judiciária em Portugal

Em Portugal, a construção de edifícios deste carácter surgiu com a política reformista de D. Manuel¹⁸, que aproveitou o progresso que o país vivia, e dedicou-se à reestruturação dos Tribunais e do sistema tributário português. Através da arquitetura, estes equipamentos de dimensões consideráveis, materiais nobres, espaços amplos e altos, não só enobreciam a justiça, como davam um impacto de submissão no povo.

Anos mais tarde, a partir de 1820 até ao século XX, foi realizada uma profunda reorganização territorial e administrativa, que reduziu o número de concelhos e definiu um novo mapa judicial. Desta forma, apesar da complexidade processual ter aumentado, estes edifícios continuaram a ser polivalentes, o que na maioria dos casos era contraproducente.

A partir do período do Estado Novo¹⁹, as obras públicas realizadas tinham como intuito a afirmação de uma soberania totalitária. Foi construída uma rede de equipamentos públicos a vários níveis, incluindo judicial.

¹⁶ Branco Patrícia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015

¹⁷ Idem

¹⁸ D.Manuel, 1469-1521.

¹⁹ O período do Estado Novo, representa para Portugal a Era da ditadura, que vigorou entre 1933 a 1974.



Figura 4- Palácio das Nações Unidas, Genebre, da autoria dos arquitetos Carlo Broggi, Julien Flegenheimer, Camile Lefèvre e Henri-Paul Nétot

Apesar do tradicionalismo e conservadorismo do regime, é evidente a reestruturação nacional e as melhorias que conseguiu a nível de obras públicas.²⁰ A nível arquitetónico, *"a projeção de equipamentos durante a década de 50, constituiu um programa a que os arquitetos deram especial atenção. Obras de dimensão considerável, que ultrapassam a escala mais dominada da habitação, foram pretexto para o desenvolvimento dos princípios do funcionalismo, enquanto organismos complexos na articulação clara das funções, e contribuíram para um novo entendimento do papel do utente, com base na convicção do papel da arquitetura como meio de garantir o bem-estar e a felicidade da coletividade"*²¹ Neste período, a arquitetura ligado aos Tribunais é muito privilegiada, pelo facto de política e justiça aliadas, manterem a submissão e o controle da população. São construídos muitos edifícios de raiz, o que leva os arquitetos a experimentarem várias linguagens, surgindo diversos modelos que rapidamente são característicos desta época. *"Reflexo ideológico do poder do Estado Novo, o tribunal usufruiu neste período de uma vaga construtiva de raiz, dotados de programa e fórmulas arquitetónicas específicas e algo rígidas."*²²

O governo português encomendava os projetos, *"obras monumentais, desgarradas muitas vezes pela escala grandiosa do contexto urbano onde se inseriam, utilizavam pormenores formais e uma linguagem clássica traduzida numa expressão arquitetónica que o regime desejava representativa e celebrativa."*²³ Os regimes ditadores tendem a recorrer a uma arquitetura clássica, não só como uma reação anti-moderno, mas também como recuperação do conservadorismo. Este fenómeno não foi exclusivo em Portugal, neste período, existiu uma reação anti-moderna na Europa, destacando-se *"com grande escândalo junto dos arquitetos que pugnavam por uma arquitetura moderna em 1935, no projeto classicizante, escolhido em concurso, para o Palácio das Nações Unidas em Genebre. (...) concorreram nomes como Le Corbusier, a escolha recaiu no projeto mais historicista e arcaizante (...)"*²⁴.

²⁰ BRITES Joana, "Estado Novo, arquitetura e "renascimento nacional"".

²¹ TOSTÕES Ana, "Os verdes Anos da Arquitetura"

²² In Fernandes Dora, "Museu Domus Iustitiae- Casa da Justiça. Proposta de uma rede museal para a Justiça", Dissertação de Tese de Mestrado

²³ TOSTÕES Ana, "Os verdes Anos da Arquitetura"

²⁴ Idem



Figura 5- Tribunal da Relação, Porto.



Figura 6- Palácio da Justiça de Rio Maior.



Figura 7- Palácio da Justiça de Lisboa, arquiteto Januário Godinho e João Andresen

As inaugurações sucessivas de diversos Tribunais marcam estes anos de Estado Novo, e com eles a associação de nomes incontornáveis, nomeadamente Raul Rodrigues Lima, que projetou 47 tribunais, nomeadamente o da Tribunal da Relação no Porto²⁵, Januário Godinho, Amoroso Lopes, Formosinho Sanchez, entre outros.

Com uma linguagem clássica, estes arquitetos projetavam segundo uma arquitetura que vulgarmente se apelida de: *arquitetura do Estado Novo*. Estes edifícios continham tendência para uma arquitetura ideológica, com a adaptação de elementos clássicos de cariz regional, sem adotar aspetos modernos. O arquiteto deveria adaptar o projeto às normas institucionais, caso contrário seria chumbado. Os edifícios judiciais projetados neste período, encontravam-se tipificados, com o programa definido, plantas estruturadas em torno de um espaço central ou estruturada linearmente. O edifício era normalmente clássico, recuperando o pé direito alto, os ornamentos, a escada central e todos os elementos imponentes. Existia nesta época uma ligação entre arquitetos e artistas plásticos, e nas salas nobres ou átrios desenham alegorias à justiça, porque *"a arte era vista como reflexo da pátria e como tal os artistas assumem uma responsabilidade social"*²⁶.

Contudo, alguns arquitetos rejeitavam estes cânones clássicos impostos pelo governo de Salazar, optando por desenvolver uma arquitetura que fosse de encontro à coletividade. Um exemplo disso, é o arquiteto Formosinho Sanchez, que em 1955 inicia o estudo para o Tribunal de Rio Maior, e desta forma, revoluciona a tipologia dos equipamentos deste caráter²⁷. Este edifício, é *«caraterizado por uma maior simplicidade, por uma marca de democratização da arquitetura, reagindo contra a expressão monumental dominante»*²⁸. O Tribunal de Rio Maior, afirma-se pela sua mudança de atitude metodológica, valorizando o lugar e a relação do edifício com o utente, ideais que se vão tornar fulcrais no decorrer da década dos anos 50. Outro nome incontornável associado a equipamentos deste tipo é o arquiteto Januário Godinho. Projetou muitos programas públicos onde explorou o uso do betão e uma escala muito humana, *"(...) constitui um dos maiores exemplos de «reação» aos cânones clássicos do regime, sendo o Palácio da Justiça de Lisboa o seu exemplo mais paradigmático. Após 1974 estas iniciativas assumem-se claramente por oposição à arquitetura oficialmente praticada pelo regime"*²⁹.

²⁵ Branco Patrícia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015

²⁶ In Fernandes Dora, "Museu Domus Iustitiae- Casa da Justiça. Proposta de uma rede museal para a Justiça", Dissertação de Tese de Mestrado

²⁷ TOSTÕES Ana, "Os verdes Anos da Arquitetura"

²⁸ Idem, página 95

²⁹ Idem

2.4. Os Tribunais no século XXI

Do ponto de vista da organização jurídica, atualmente no país, seja de 1ª, 2ª ou 3ª instância, todos são Tribunais judiciais. Esta designação é aplicada a instituições de comarca de competência genérica. À parte destes, existem Tribunais que pela sua especificidade ou hierarquia, utilizam diferentes designações, caso é o Supremo Tribunal, Tribunal Constitucional, Tribunal da Relação, entre outros.³⁰

O termo Palácio da Justiça, é explicado pela Doutora Dora Maria Fernandes, como a designação de um edifício que concentra mais do que um serviço do Ministério da Justiça³¹. Estes edifícios funcionalmente, previam no primeiro piso as conservatórias e os registos notariais, e no segundo o Tribunal. No século XXI, esta designação não é linear, pode ser dada a edifícios que concentrem vários serviços do Ministério Público, ou simplesmente, nos que já usavam este termo.

Em Portugal, o Ministério da Justiça reestruturou estes serviços, com a implementação de infraestruturas e material informático. Neste momento, a maioria dos Tribunais possuem equipamentos de videoconferência em salas de audiências, sistema de alarme, pórticos de deteção de metais, sistemas de videovigilância e gravação digital. Estes equipamentos permitem uma agilização dos processos, economizam tempo em deslocações e concebem mais segurança para quem frequenta estes locais. Neste âmbito de renovação e modernização dos serviços, foram instalados postos de atendimento, que permitem uma centralização da informação de um modo simples para o utente.

Neste momento, existe um novo conceito que centraliza no mesmo local diversos serviços, com *"vantagens em termos de qualidade urbanística, funcionalidade, eficácia e racionalidade logística, no âmbito da adaptação às várias realidades processuais, humanas, materiais e funcionais."*³², o Campus da Justiça.

Os Campus da Justiça, devido à sua estrutura e programa, requerem uma dimensão alargada em termos de implantação. Grande parte dos Tribunais do país neste momento, ou estão em estado de degradação, ou revelam incapacidades dimensionais.

³⁰ Site do Ministério público

³¹ É um serviço público que tem como função assegurar o apoio ao funcionamento dos Tribunais portugueses.

³² VASCONCELOS Luis, RASCÃO Bruno, "Espaços da Justiça", 2009

A implementação deste novo conceito vem diminuir *"significativamente as despesas com reparação, remodelação e outros melhoramentos nas atuais instalações, que não trariam a qualidade desejada ao funcionamento da justiça, pelo facto de muitos dos atuais edifícios serem antigos, pouco funcionais e dispersos, acarretando frequentemente elevados custos de arrendamento e manutenção."*³³

Por vezes, como se trata de programas extensos, com uma série de normativas, a preocupação em dar resposta a esses requisitos resulta numa arquitetura pouco cuidada que não responde às necessidades do cidadão. As características de conceção que marcam os espaços e a arquitetura judiciária no período atual são muito dísparas do que se fazia no período do século XX. Existe uma desmaterialização destes locais, um não reconhecimento destes edifícios na malha urbana e a uma *"banalização e o abandono da decoração nos espaços de justiça, interligada com o abandono do ritual e a informatização do processo, por sua vez intimamente relacionados com a aplicação de uma racionalidade gestionária ligada às exigências de performance, de produtividade e de funcionalidade, resultam, também, numa opção pelo arrendamento e pela reafecção de edifício, ao invés da construção de raiz (...)"*³⁴.

O conceito de Tribunal vem a alterar-se e se por um lado, nos séculos passados a legitimação destes espaços era feita através de uma arquitetura marcante, atribuindo uma dimensão ao espaço. No século XXI *"esta legitimação necessita também que as funções de desempenho profissional e de relação com os cidadãos, bem como da promoção do acesso, sejam garantidas"*³⁵. O facto da representatividade da justiça ser difícil e contraditório é *"dado que não existe uma ideia clara de como deverá ser o Tribunal do século XXI, pelo que se está, ainda, em busca de um modelo, identificando-se sobretudo os aspetos negativos dos espaços em uso: por um lado, a sua irreconhecibilidade, e por outro lado, a falta de acessibilidades, valências, a falta de segurança, de recursos humanos e materiais"*³⁶.

Atualmente, predomina a construção de edifícios contemporâneos, que dão resposta às questões da modernização do sistema, que por vezes, são espaços descuidados arquitetonicamente, sem qualquer tipo de decoração, conforto, que se resumem a espaços que não dignificam a prática da justiça.

³³ VASCONCELOS Luis, RASCÃO Bruno, "Espaços da Justiça", 2009

³⁴ Branco Patricia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015, pág 99

³⁵ Branco Patricia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015, pág 119

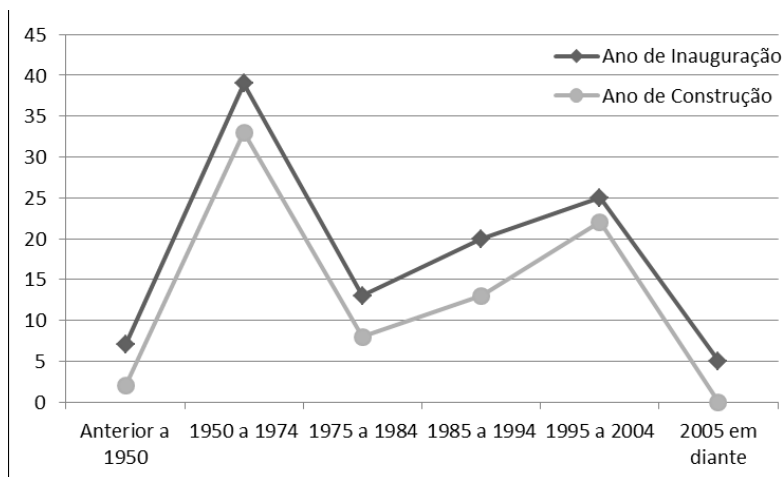


Gráfico I – Ano de construção e ano de inauguração dos tribunais inquiridos.

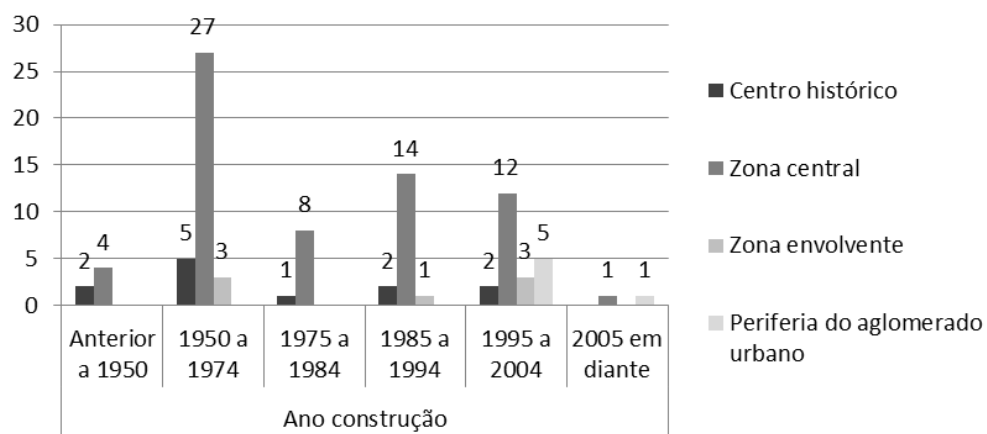


Gráfico II – Localização do Tribunal na cidade por ano de construção.

3. Reflexão sobre os perfis da arquitetura judiciária em Portugal

3.1. Implicação dos espaços arquitetónicos no edifício judicial

Em Portugal, os espaços judiciais apresentam perfis arquitetónicos múltiplos, não correspondendo totalmente a um modelo tipológico, mas sim, provenientes de diferentes períodos históricos. A Doutora em Sociologia do Direito, Patrícia Branco, fez um estudo referente à "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à Justiça", que consiste num inquérito e posterior avaliação a diversos Tribunais nacionais. Este trabalho visa compreender que implicações tem a arquitetura em locais deste caráter.

Analisando o gráfico I, são visíveis dois períodos mais ativos na construção de raiz destes equipamentos, entre as décadas de 60 e 70 (com as inúmeras encomendas por parte do Estado Novo). Este período é interrompido, e só na década de 90 voltam a surgir construções. A partir de 2004, é visível a redução, que não só resulta da crise económica do país, mas também da *"política de arrendamentos de imóveis e de reafecção/adaptação de edifícios"*³⁷. Existem inúmeros Tribunais que estão sediados em edifícios adaptados da tipologia de habitação/serviços para as funções judiciais, e esse fator, faz com que estes equipamentos não se distingam da restante malha urbana. Para além da desmaterialização, estes equipamentos tendem a sair dos centros urbanos, a adotar novas tipologias mais pragmáticas territorialmente, como o caso dos Campus de Justiça. O gráfico II mostra que a localização destes espaços foi sendo alterada e tornando-se cada vez mais periférica. Entre os anos 1950 e 1974 a grande parte destes locais eram instalados no centro urbano das cidades, mas essa realidade tende a mudar. A localização destes equipamentos é importante para o desenvolvimento económico e pela acessibilidade à justiça.

Os materiais exteriores destes espaços foram alterando-se consoante a época em que iam sendo construídos, revelando uma heterogeneidade, *"entre as décadas 60 e inícios de 70, os edifícios têm fachadas monumentais, construídas com recurso ao uso da pedra."*³⁸ Em 73 dos Tribunais inquiridos, o uso da pedra (mármore, granito ou calcário) era assinalado como o predominante na fachada, seguindo a parede simples em 65 tribunais.

³⁷ Branco Patricia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015, pág 100

³⁸ Idem, pág 103

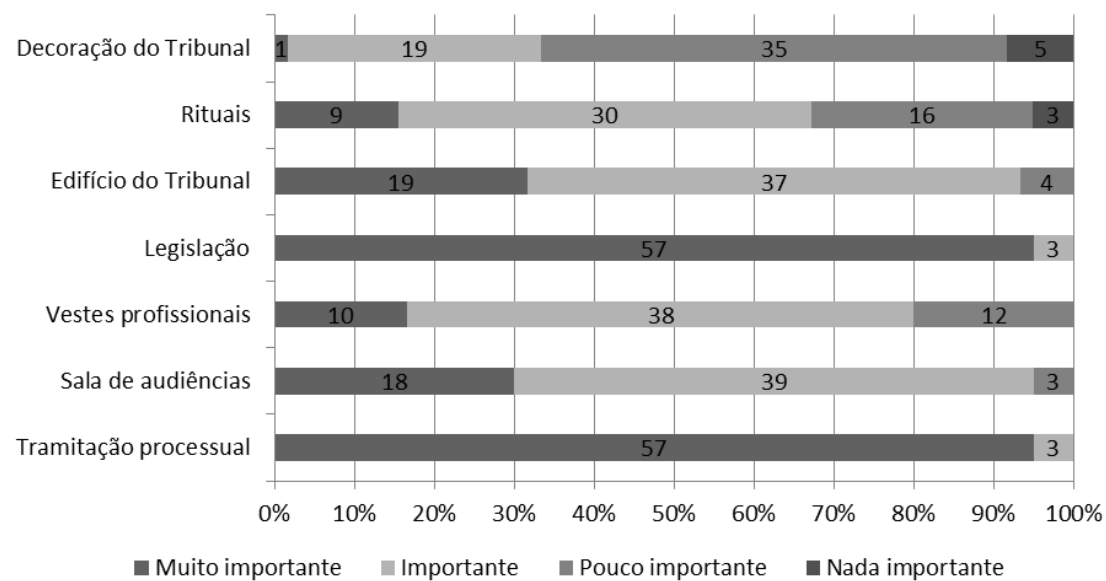


Gráfico III – Avaliação do edifício do Tribunal para a prática da justiça.

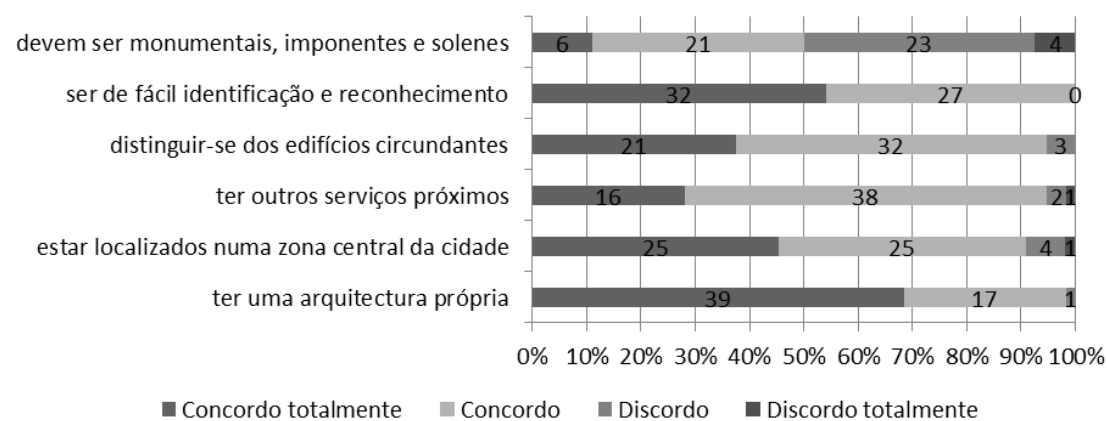


Gráfico IV – Grau de concordância com características dos edifícios que albergam um Tribunal.

Cerca de 70% dos tribunais não têm motivos decorativos na fachada, e nos que assinalaram ter decoração, as mais comuns são esculturas e relevos nas colunas com temáticas relativas à justiça. Existe um desaparecimento gradual da decoração destes edifícios com vitrais, tapeçarias, estátuas, que são substituídas por *"paredes brancas onde estão afixados posters informativos, ecrãs de televisão com informação relativa às diligências do dia, e máquinas dispensadoras de bebidas ou sanduiches."*³⁹. No interior, a homogeneidade e continuidade herdada ainda do Estado Novo é visível, visto que as configurações internas não se alteraram significativamente. Preocupações como luz, ventilação natural, entradas próprias para a sala de audiências, são comuns nos Tribunais inquiridos, embora 28.2% dos Tribunais revelam não ter⁴⁰. O sistema de videoconferência existe em 94.8% das salas de audiências dos Tribunais inquiridos. No entanto, *"nas salas de audiências não é comum existir decoração, sendo que nas que apresentam decoração os tipos decorativos mais comuns são as pinturas e as tapeçarias."*⁴¹

Este estudo visa compreender a importância que terá, ou não, a arquitetura na forma como o utilizador encara a justiça, utiliza o espaço e como isso influencia estes equipamentos. As principais questões analisadas, centralizam-se na visão dos magistrados e funcionários quanto às características destes locais, onde se deveriam implantar, como deveria ser a sala de audiências, entre outros aspetos.

No *gráfico III*, são analisados aspetos referentes ao edifício e como influencia na prática da justiça e demonstra que apenas 1 magistrado considera a decoração como muito importante, a maioria esmagadora considera pouco. É interessante perceber que os rituais, o edifício, as vestes profissionais e a sala de audiências assumem a sua importância, sendo assinalados pela maioria como muito importante. A tramitação processual e a legislação são referidas como muito importantes, dando uma maior relevância a questões burocráticas, que ao espaço onde se pratica justiça. Na sua maioria, os magistrados entendem que os Tribunais deveriam ter uma arquitetura própria (39 magistrados), com características próprias, simbólicas, que o distinguísse facilmente da restante malha urbana – *gráfico IV*.

Quanto à monumentalidade e imponentia, apenas 6 magistrados concordam que estes edifícios deveriam ter estes requisitos. A simbologia ligada à justiça, é encarada como uma mais valia para dignificar e distanciar o Tribunal de outro órgão público.

³⁹ Branco Patrícia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015, pág 105

⁴⁰Idem, pág. 106

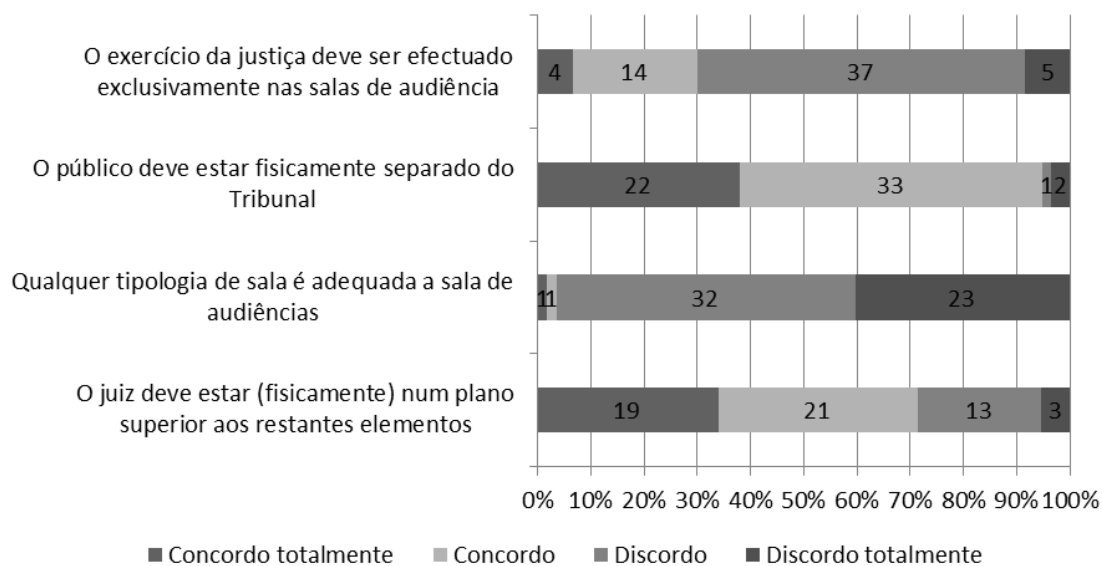


Gráfico V – Sala de Audiências

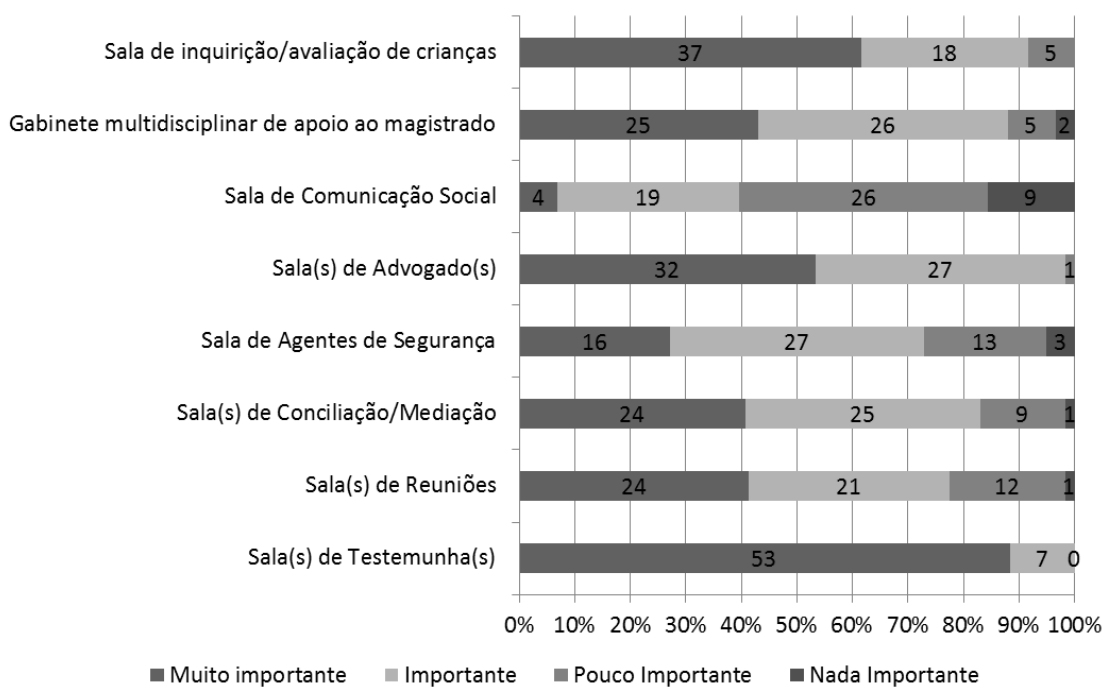


Gráfico VI – Avaliação do grau de importância das valências de apoio às diligências

A sala de audiências, é sem dúvida um dos pontos fulcrais num Tribunal, não só pelo ritual, mas também pelo impacto que tem psicologicamente no utilizador. Um julgamento realizado numa sala ampla, com um pé direito alto, onde os magistrados usam vestes pretas, sentados na tribuna mais elevada que a restante plateia, tem um maior impacto, do que se a mesma audiência for realizada numa sala com mesa redonda. A maioria dos magistrados concordam com o facto da audiência estar fisicamente separada da tribuna, e concordam também, com o facto do juiz estar num plano superior aos restantes elementos. Neste entender, 55 magistrados discordam da afirmação *"qualquer tipologia de sala é adequada a sala de audiências"*, o que revela claramente a importância dada a este espaço. Contudo, na afirmação *"o exercício da justiça deve ser efetuado exclusivamente na sala de audiência"* 42 magistrados discordam. Nesse sentido, defendem que a sala de audiência deve ser reservada para atos formais, conflitos mais acentuados, e que é necessário existir salas de menor dimensão, espaços polivalentes, que rapidamente seja permitido resolver pequenos litígios.

Os tribunais, enquanto espaços onde se institucionaliza a justiça, devem adotar determinadas características para cumprir a função de forma adequada. Deste modo, existem valências que devem ser respeitadas para assegurar a funcionalidade de um espaço deste carácter, garantindo *"em primeiro lugar, as condições necessárias para o bom trabalho dos magistrados e profissionais da justiça em geral e, em segundo lugar, as condições de acessibilidade e de comodidade para os utentes"*.⁴²

O gráfico VI, avalia o grau de importância destas valências no apoio às diligências, nomeadamente salas de testemunhas, salas de advogados, salas de reuniões, entre outras. As salas de testemunhas são avaliadas como muito importantes por 53 magistrados. A sala de advogados, os gabinetes especializados, e a sala de inquirição/avaliação de crianças, foram avaliadas como muito importantes. A maioria dos inquiridos considerou como muito importantes ou importantes as restantes salas. Apenas a sala de comunicação social foi avaliada como pouco importante. Muitos destes Tribunais inquiridos revelam condições precárias no que toca à sala de testemunhas, visto serem ocupadas com gabinetes. Os utentes amontoam-se nos corredores, nas escadas, o que é problemático. Mais de metade dos inquiridos consideram os guichets informativos como muito importantes para o utente. As salas para crianças também são consideradas importantes, mas desvalorizam a existência de áreas verdes ou jardins, áreas sociais, bar ou cantina no edifício.

⁴² Branco Patrícia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015, pág. 113

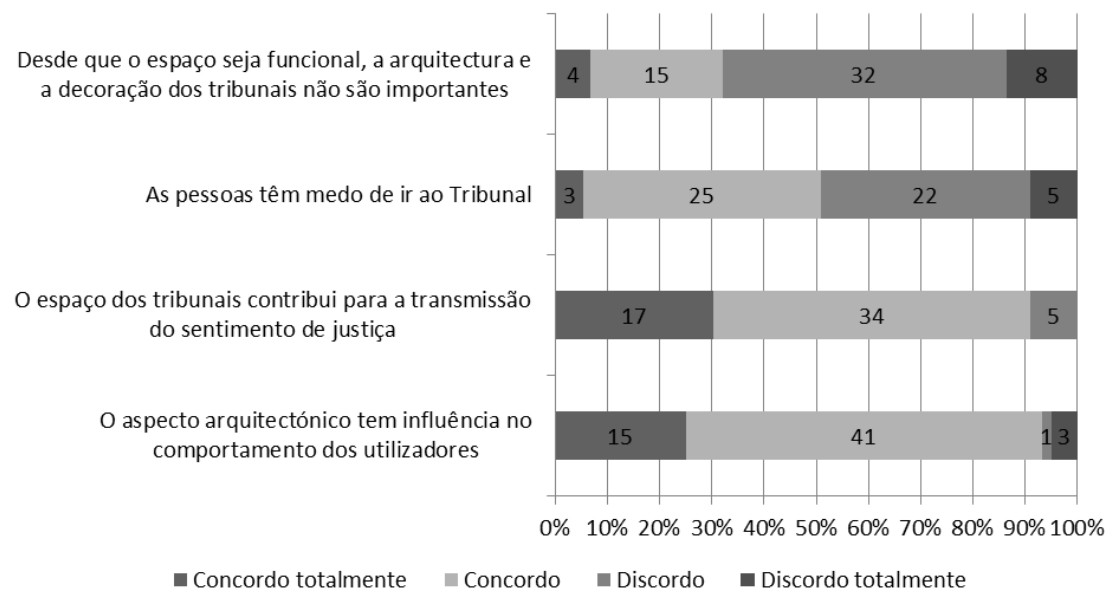


Gráfico VII – Sentimento de Justiça e comportamento: a importância do espaço

Relativamente à segurança⁴³, os magistrados referem a falta de proteção a quem trabalha diariamente nestes espaços. O edifício deve prever circulações diferenciadas, *"uma estrutura que tenha acessos restritos à sala de audiências, que tenha salas de espera para as testemunhas que não misturem o arguido com as testemunhas que vão testemunhar contra ele (...)"*⁴⁴. As questões de segurança, conforto e comodidade são muito importantes nestes locais de justiça, para que consigam transmitir ao utente e aos funcionários confiança. Deste modo, a autora salienta a importância de espaços *"com boas condições que propiciem aos utentes uma melhor ambiência, prevendo-se a existência, em número suficiente, de salas de espera e de salas de testemunhas que assegurem a comodidade dos utentes."*⁴⁵

Por último, foi questionado de que modo a arquitetura influencia a perceção que o utilizador tem do edifício e do espaço. Através do gráfico VII, é possível perceber que 40 magistrados discordam da afirmação *"desde que o espaço seja funcional, a arquitetura e a decoração dos tribunais não são importantes"*. Um total de 56 magistrados concordam com *"o aspeto arquitetónico tem influência no comportamento dos utilizadores"* e 55 magistrados concordam que *"o espaço dos tribunais contribui para a transmissão do sentimento de justiça"*. É visível a compreensão que os magistrados e funcionários destes locais têm no quão fundamental é o papel da arquitetura para a qualidade do espaço.

3.2. Conclusões

A arquitetura desempenha um papel crucial no entendimento e nas ações dos utilizadores. Neste sentido, *"há quem entenda que a standardização de um determinado tipo arquitetural para a espacialização da justiça capaz de ser imediatamente identificado e reconhecido, implica que se reconheça que a aplicação da justiça será sempre idêntica, conferindo-lhe, assim, maior legitimidade e garantindo, deste modo, a segurança e a certeza jurídica."*⁴⁶ A legitimidade do processo jurídico não depende apenas das regras e leis, mas também do local onde tudo acontece, conferindo-lhe características necessárias para a boa prática da justiça.

⁴³ Engloba a proteção dos utentes, dos funcionários e do edifício.

⁴⁴ Branco Patrícia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015, pág. 115

⁴⁵ Idem, pág. 116

⁴⁶ Idem, pág. 107

Foi realizado um estudo na cidade de Pádua, na Itália, que se propôs a analisar o impacto da arquitetura de dois Tribunais – o antigo, de 1934, localizado num convento e o novo, construído de raiz em 1991. O objetivo era perceber a forma como a arquitetura influencia o sistema psicológico do utente. Para tal, foi pedido que os participantes imaginassem que iriam acompanhar um amigo, injustamente acusado, a ambos os Tribunais. A maioria dos participantes consideraram que no novo Tribunal haveria mais facilmente a condenação, pela intimidação que o espaço confere. Este estudo comprova o quanto a arquitetura é importante e o quanto o arquiteto é o responsável por conceder ao espaço as características necessárias para um bom entendimento das funções.

Concluindo, o Tribunal deve ser reconhecido como tal garantindo através das suas valências a segurança a todos os utilizadores. A autora defende que *"um programa arquitetónico que atenda a todas estas componentes é, necessariamente, um programa complexo, que precisa de ser discutido, em mesa redonda, pelos profissionais que nele irão trabalhar, que têm um melhor conhecimento do direito substantivo, do direito processual e das funções da justiça; pelos arquitetos e construtores, que têm o conhecimento das técnicas de construção e dos materiais e da sua plasticidade (...)"*⁴⁷ Ou seja, é através de um trabalho de equipa, que se conseguirá uma melhor qualidade destes espaços, que vá de encontro ao espetável para estes edifícios, visto que, são por excelência, sítios que visam proteger o cidadão. É importante uma pré-análise para uma coerência espacial que se enquadre com o vasto e complexo programa, com uma arquitetura pensada para quem utiliza.

⁴⁷ Branco Patrícia, "Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça", e-cadernos ces, 2015, pág. 120

4. Casos de Estudo

4.1. Viana De Lima: o seu contributo para a arquitetura Moderna em Portugal

Viana de Lima⁴⁸, formou-se na Escola de Belas Artes do Porto. Após terminar a formação, trabalhou na seção dos Monumentos Nacionais da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas.⁴⁹

Ao longo dos anos seguintes, realizou várias viagens pela Europa, para ver de perto as obras arquitetónicas projetadas pelos seguidores do estilo internacional. A quebra radical com o passado, era segundo o grupo holandês “De Stijl” uma premissa para a arquitetura moderna. Na França e na Suíça, Viana de Lima aproveitou para ver obras do Le Corbusier, o seu mestre. O movimento moderno fazia sentido em países como a Alemanha, por exemplo, que vinha da II Guerra Mundial e a rutura com o passado significava um recomeço. Para Le Corbusier o movimento moderno relacionava-se mais com a eficácia, o avanço.

O arquiteto é um dos fundadores do grupo ODAM Porto⁵⁰, em 1947, onde discutiam princípios e problemas da arquitetura. No mesmo ano, foi convidado para correspondente da Revista «Technique et Architecture», na qual publicou algumas das suas obras. Em 1949 lidera o grupo português nomeado que participa nos CIAM, tendo em 1951 estado presente no VIII Congresso, na Inglaterra, onde também participaram Alison e Peter Smithson⁵¹. Após dois anos, o IX Congresso CIAM realizou-se em Aix-en-Provence, na França, onde se deu rompimento decisivo deste grupo de arquitetos de velha guarda, com um pensamento muito racionalista. Mas, é também neste congresso, que um grupo de jovens arquitetos toma uma posição. Estes jovens, numa vertente mais experimentalista, são chamados a intervir e formam o grupo TEAM X.⁵² Mas, é em 1956 no X Congresso CIAM, na Jugoslávia que este grupo apresenta os seus ideais, com uma visão simplista, abstrata, uma atitude antidoutrinária.

⁴⁸ Nasceu a 18 de agosto de 1913, na cidade de Esposende.

⁴⁹ Sob a orientação do Arq. Rogério de Azevedo, que segundo o autor Pedro Vieira de Almeida comprova não só uma pedagogia inerente no espírito de Viana de Lima como é uma experiência que marca ainda mais esse seu lado e o seu futuro profissional.

⁵⁰ Organização dos Arquitetos Modernos (ODAM), foi um grupo criado por arquitetos portugueses, e existiu entre 1947 a 1952.

⁵¹ Alison e Peter Smithson são uma equipa de arquitetos associados à arquitetura brutalista.

⁵² O TEAM X era um grupo constituído por sete participantes mais ativos, Alison e Peter Smithson, Jacob Bakema, Georges Candilis, Giancarlo De Carlo, Aldo van Eyck e Shadrach Woods



Figura 8 – Complexo Turístico no Funchal, da autoria de Oscar Niemayer e Viana de Lima



Figura 9 – Villa Savoye, Le Corbusier, 1928.

Com tudo isto a acontecer, Viana de Lima continuou a procurar referências modernas, e em 1965 deslocou-se ao Brasil, tendo dedicado especial atenção à forma como os problemas de Arquitetura e Urbanismo eram encarados e resolvidos. O arquiteto colaborou com brasileiro Oscar Niemeyer, em 1968 no projeto do Empreendimento Turístico de Pena Furada, no Algarve⁵³ e no complexo Turístico no Funchal, na Madeira, onde o traço inconfundível do mestre brasileiro se acentua através da volumetria, implantação, linguagem.

Concetualmente, Viana de Lima, prima por um vocabulário geométrico, racionalista, impulsionando dessa forma o progresso da arquitetura nacional conservadora. Nota-se, na sua obra, que foi fortemente influenciado pelo trabalho do mestre suíço, Le Corbusier, numa vertente purista do seu trabalho.

O autor Pedro Vieira de Almeida, afirma que *"na arquitetura de Viana de Lima, a invocação das raízes faz-se em paralelo com um exercício virtuosístico de uma linguagem le Corbusiana"*⁵⁴, muito bem-adaptada ao contexto português. O mestre suíço, defendia uma arquitetura moderna, conseguida através de 5 pontos fulcrais: pilotis, cobertura plana, janela *'en longueur'* planta e fachada livres. Através destes elementos, na sua perspetiva, era possível criar espaços de uma forma muito mais criativa, libertando o solo e criando espaços úteis na cobertura, que até então não era possível. A Villa Savoye é um manifesto deste cânone.

Este período dos anos 30 em Portugal, onde o Estado Novo impunha a sua arquitetura para afirmar o seu poder, fazia com que os arquitetos, embora aceitassem as premissas teóricas internacionais do movimento moderno, tinham de as fazer coincidir com o regime, caso contrário não era solicitados ou os seus projetos eram chumbados. O arquiteto Viana de Lima, um dos impulsionadores do movimento Moderno em Portugal, através do seu entendimento formal da arquitetura conseguiu aliar modernismo ao conservadorismo de Salazar. Incutia em cada obra um equilíbrio formal, uma articulação do projeto com as pré-existências, normalmente com uma linguagem arquitetónica moderna que se adaptava ao local e ao programa. Viana de Lima estudava o projeto, levava-o até ao detalhe, que muitas vezes passava por desenhar o mobiliário, o que tornava a obra numa unidade.

Os primeiros projetos que realizou, tinham muito presente uma linguagem purista, com a funcionalidade aliada à modernidade e um traçado rigoroso. A utilização de materiais como o betão, o ferro, os grandes panos de vidro, os pilotis, as funcionalidades aliadas ao programa do edifício ajudam a reforçar esta ideia e a ligação a Le Corbusier.

⁵³ Projeto este que nunca chegou a ser realizado.

⁵⁴ De Almeida Vieira Pedro, "Viana de Lima"



Figura 10 – Vivenda Honório, Porto, 1940



Figura 11- Casa das Marinhas, Esposende, 1954



Figura 12- Complexo Hospitalar de Bragança, 1957



Figura 13- Faculdade de Economia do Porto, 1961

Desde a projeção de habitações, edifício multifuncionais, faculdades, tribunais, hospitais, planos urbanos em vários municípios, não existe dúvida quanto à sua versatilidade. Apesar de todas as questões, inquietudes e experiências a *“delicada coerência de intervenção profissional que praticou corresponde a um saboroso equilíbrio entre tendências internacionais e exigências nacionais”*⁵⁵ que soube respeitar ao longo da sua obra.

De destacar algumas obras marcantes no seu percurso como a vivenda Honório, no Porto, que foi o seu primeiro projeto. Uma vivenda com uma deliberada aproximação Corbusiana, com alguns dos 5 princípios para uma arquitetura moderna, alguns deles aqui expressados.

Não só nesta moradia que praticou este princípio moderno, na Casa das Marinhas, é visível a introdução do uso da cor. Em 1957 desenvolveu o projeto para o complexo Hospitalar de Bragança⁵⁶, de extrema importância para a cidade. Este projeto traduz os valores do estilo internacional expressa na volumetria do conjunto com a exploração da solução de uma grelha de betão para o controle da luminosidade. A Faculdade de Economia do Porto, conjuga modernidade, com uma coerência formal, pureza geométrica dos volumes, com a utilização do betão à vista e jogo de transparências no interior do edifício.

Em termos de equipamentos ligados à justiça, em 1971 desenvolveu o projeto para o Palácio da Justiça da cidade de Caminha. Na cidade de Santa Maria da feira, desenvolveu em 1977 o Palácio da Justiça, com uma linguagem semelhantes, com recurso ao betão à vista, transparências, uso de pilotis, reentrâncias, pátios, elementos que caracterizam a sua obra. Ainda na cidade de Santa Maria da Feira, realizou o Bloco Habitacional, em 1966.

⁵⁵ de Almeida Vieira Pedro, “Viana de Lima”

⁵⁶ Os primeiros estudos datam de 1948, ano que se inicia a tradução da Carta de Atenas na revista ‘*Arquitectus*’



Figura 14 – Excerto da cidade de Ovar, Fonte: Google Earth Pro



Figura 15 – Demarcação a amarelo da implantação do Tribunal Judicial de Ovar, (Fonte: Google Earth Pro)

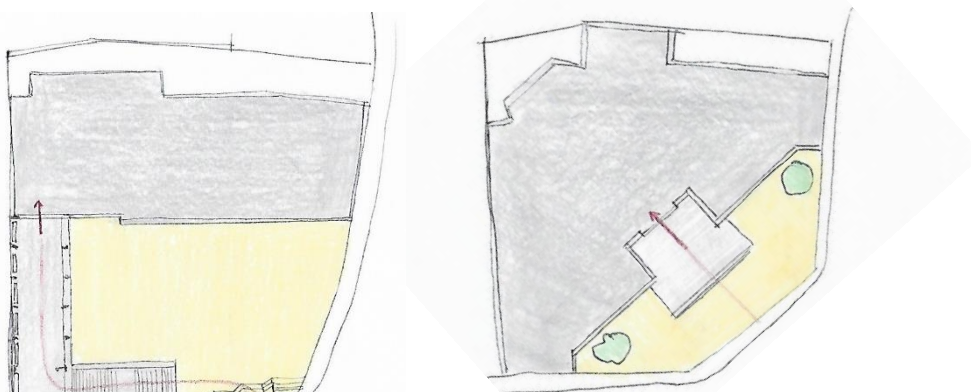


Figura 16– Esquema da versão A e versão B o projeto do Tribunal Judicial de Ovar. O edificado está sombreado a cinzento, e a praça a amarelo. Podemos ver através das setas vermelhas que na versão A o utilizador percorre a praça, é encaminhado para a escada, e só no piso superior acede ao Tribunal. Na solução B o utilizador é diretamente encaminhado para a entrada do Tribunal. (escala do desenho 1/500; Fonte: “Duas obras de Januário Godinho”)

4.2. Tribunal Judicial de Ovar

O Tribunal de Ovar, construído em 1960, ocupa o lote da Praça da Hortaliça e da Escola Primária do Conde de Ferreira⁵⁷. Segundo o Antepiano de Urbanização, este local, estava destinado para a construção de um edifício de hotelaria, contudo, após análise e ponderação o tribunal ocupou este lote. Situado no centro da cidade, o edifício vem resolver uma situação de gaveto pré-existente.

A cidade de Ovar, no geral, apresenta um tecido urbano denso, com uma escala habitacional uniforme. É visível a distinção entre o tecido urbano pré-existente e as infraestruturas contemporâneas, mas no geral, não existem situações de grande contraste na imagem global da massa construída. No caso concreto deste lote, está situado no centro da cidade, perto do rio Cáster, com duas frentes urbanas, uma para a Rua Alexandre Herculano, outra para a Rua Elias Garcia e por consequência, de frente para o largo da Família Soares Pinto. Este terreno apresenta uma forma quase quadrangular, resultante das empenas dos edifícios pré-existentes. Estas empenas tinham uma forte presença na imagem deste largo, o que do ponto de vista urbano e arquitetónico é uma situação que deve ser resolvida para que se consiga uma uniformidade urbana. O arquiteto resolveu esta questão do gaveto, encostando às empenas o novo volume, criando uma praça voltada para as duas frentes disponíveis, gerando um espaço de transição e de desafogo na malha urbana.

A 14 de maio de 1960, o arquiteto Januário Godinho apresentou duas versões para este terreno, nomeadamente a solução A e a solução B. O arquiteto tomou como premissa que se pretendia uma arquitetura monumental, de Estado Novo, que resolve o problema do remate, do gaveto e da representatividade que estes edifícios deveriam ter nesta época do regime. Deste modo, Januário Godinho escreve: *"Uma certa antipatia pelos terrenos de gaveto, levou-me a estudar este tribunal de maneira que a sua fisionomia arquitetónica não deixasse transparecer as formas já estafadas dos edifícios que sempre aparecem iguais em terrenos desta natureza. Assim, foram ensaiados vários tipos de planta todos eles tendentes a manter certas características locais, nomeadamente não esmagar uma arquitetura circundante que em nada revela propósitos de monumentalidade."*⁵⁸

⁵⁷ André TAVARES, *Duas obras de Januário Godinho em Ovar*, página 149

⁵⁸ Idem, página 151

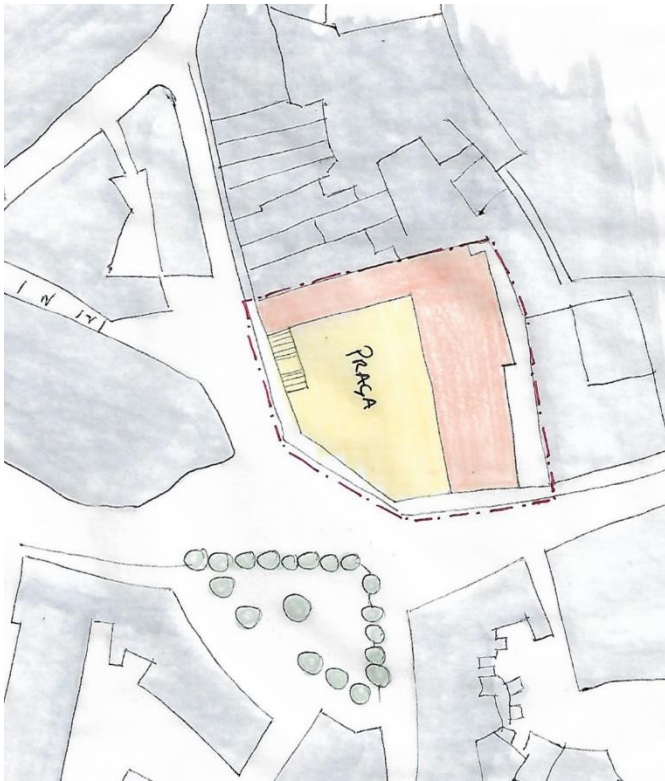


Figura 17 – Delimitação da implantação do Tribunal Judicial de Ovar e a inserção na malha urbana consolidada da cidade. (escala do desenho 1/1000; Fonte: "Duas obras de Januário Godinho")



Figura 18– Delimitação da implantação do Tribunal de Ovar segundo a proposta B do arquiteto Januário Godinho. (escala do desenho 1/1000; Fonte: "Duas obras de Januário Godinho")

O arquiteto Januário Godinho, na memória descritiva, afirma *que a composição dos volumes arquitetónicos entra, assim, na escala dos restantes edifícios circundantes, com recíprocas vantagens, e que a solução A é superior no ponto de vista urbanístico e mesmo arquitetónico*⁵⁹. Esta proposta prevê o edifício em forma de 'L', com o corpo principal orientado no sentido Norte-Sul, com a fachada tardoz encostado às empenas existentes (*figura 7*). Na lateral Este é deixada uma passagem de serviço e iluminação natural para o edifício, entre a pré-existência e o novo corpo. Este novo edifício é distribuído em dois pisos, onde no primeiro piso se encontram os serviços da conservatória e no piso superior, o Tribunal Judicial. Nesta disposição em 'L' gera-se uma praça que ajuda a desafogar esta parte da cidade muito densificada construtivamente, para além de valorizar o conjunto. Neste caso é claramente a arquitetura que condiciona e constrói o espaço público, numa zona da cidade consolidada, onde as expectativas de crescimento são poucas, este edifício publico veio contribuir sobretudo para rematar e "fechar" a malha urbana.

A proposta B por outro lado tinha duas variantes, a 'monumental' e a 'moderna', mas em ambas o corpo do edifício era *"linear atravessado em diagonal no terreno e capaz de desenvolver uma frente monumental em escorço para a praça existente"*⁶⁰. Esta solução fazia parte da linguagem das primeiras obras do arquiteto Januário Godinho, onde a representação do Estado Novo se espelhava em edifícios clássicos, austeros e com decorações estilizadas procurando uma arquitetura de Estado. Esta solução, não se adequa à escala dos restantes edifícios envolventes no que diz respeito à volumetria construída. O edifício assume a sua fachada principal voltada para o largo da Família Soares Pinto, criando uma pequena praça com acesso direto à entrada do edifício. Do ponto de vista urbano e arquitetónico, este edifício não se enquadra na escala do tecido urbano envolvente, nem privilegia o espaço público.

A maior diferença entre as duas soluções é a organização volumétrica, que se torna crucial para a reorganização do espaço público da cidade. Através da solução A, é desenhada uma praça generosa que serve de 'átrio', ao ar livre, para entrada no Tribunal. O facto de recuar o edifício, proporciona uma praça que garante *"perspetivas desafogadas"*⁶¹, enquanto a proposta B esmaga o espaço público com a proporção da volumetria que é claramente inadequada para este local.

⁵⁹ André TAVARES, *Duas obras de Januário Godinho em Ovar*, página 154

⁶⁰ Idem, página 151

⁶¹ Idem, página 157

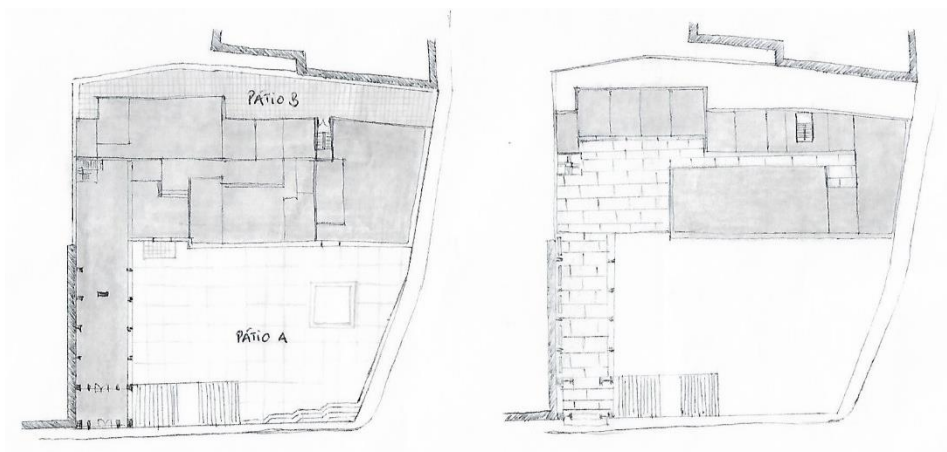


Figura 19 – Planta piso 0 e piso 1, respetivamente. (escala 1/500)

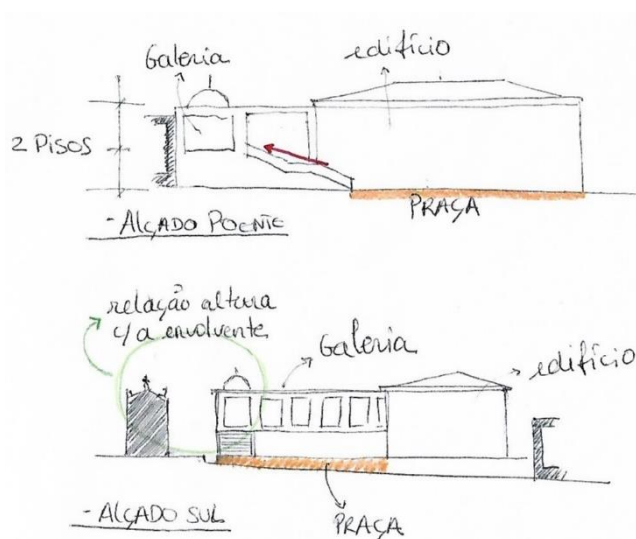


Figura 20 – Alçado Poente e Alçado Sul, (escala 1/500)



Figura 21 – Enquadramento do edifício e da praça. (fotografia autoral)

Através dos diversos excertos das várias cartas e memórias descritivas que Januário Godinho redigiu, o principal problema neste caso era a integração com a envolvente e a resolução do gaveto. Como tal, desenhou um edifício que por si só desenha o espaço público devido à sua forma, e que através da sua fisionomia “recortada” se adequa à escala habitacional apertada/‘miúda’ envolvente. Na *figura 9*, é visível a proporção equilibrada entre o edifício do Tribunal e o espaço público. A planta do piso 0 mostra que existe aproximadamente uma equivalência entre o espaço construído e espaço exterior/público. Na planta do piso 1, é notória a preocupação da galeria funcionar como um espaço de transição, coberto, em que o material do pavimento se estende para o interior do edifício, uniformizando o conjunto.

Concebido à escala do sítio, o Tribunal demonstra um cuidado na forma como se integra no tecido consolidado, reorganiza o carácter do centro cívico da cidade e ‘conquista’ espaço público. No esquema da *figura 10*, através dos alçados, é possível verificar que o edifício se organiza em dois pisos, e é notória a relação que o Tribunal estabelece com as pré-existências, respeitando as cêrcias e as volumetrias.

A orientação do edifício para colmatar o gaveto privilegia as duas frentes urbanas disponíveis, desenhando a praça e os alçados principais para o lado Sudoeste. Deste modo, o edifício encontra-se orientado a Sul/Poente. A entrada para a praça é feita lateralmente através de escadas, de frente para a Rua Alexandre Herculano. Os topos laterais do edifício fazem frente urbana com as ruas onde estão inseridos, o que permite uma leitura uniforme. A inclinação da Rua Elias Garcia é aproveitada para o embasamento no edifício, elevando-o, o que permite a quem sobe não ver imediatamente nem a praça nem o Tribunal (*figura 11*). A praça está elevada da cota da rua, materializada em cubo de granito e funciona como uma espécie de “antecâmara” para o edifício.

O acesso ao Tribunal não é direto, existe um percurso, através da praça, que encaminha o utilizador para a escadaria perpendicular ao corpo do edifício. No cimo das escadas existe uma cúpula decorativa, uma “*marcação visual (...) funciona como uma espécie de cabeça de parafuso que marca a rotação do percurso de acesso ao Tribunal (...)*”⁶² Uma vez no primeiro piso, o utilizador deverá atravessar a “galeria” que contrapõe uma vista particular sobre o centro urbano com pinturas e alegorias sobre a justiça.

⁶² André TAVARES, *Duas obras de Januário Godinho em Ovar*, página 161



Figura 22 – Cidade de Gouveia.



Figura 23 – Delimitação a vermelho do terreno de implantação do Palácio da Justiça de Gouveia. A amarelo encontra-se a praça e a forma linear como une os dois jardins. (escala 1/1000)

4.3. Palácio da Justiça de Gouveia

O Palácio da Justiça de Gouveia fica situado “à porta de entrada da Serra da Estrela”⁶³ vem substituir um edifício existente e foi finalizado em meados de 2010. Esta cidade portuguesa, fica situada no distrito da Guarda, num contexto interior do país, na província da Beira-Alta (*figura 12*). O contexto territorial neste caso de estudo é importante para a perceção e compreensão da malha urbana pré-existente. O tecido urbano da cidade de Gouveia é concentrado, não muito denso, mas com uma dicotomia visível entre a escala habitacional e a escala dos equipamentos. O núcleo da cidade não é vasto, em comparação à área envolvente florestal.

O local de implantação do Palácio da Justiça está situado entre dois jardins públicos, que era ocupado parcialmente por um edifício. Ao ser demolido, permitiu um novo desenho de uma praça que dignifique um edifício de cariz judicial e que una as duas partes da cidade que até então estavam interrompidas pelo antigo edifício (*figura 11*). Para além dos dois jardins, a envolvente próxima deste local é diversificada entre escala habitacional, e de equipamentos de pequena escala, como escola e jardim infantil de Gouveia, a Camara Municipal, a Igreja, que pontuam a paisagem urbana deste local.

O edifício implanta-se no extremo superior esquerdo deste lote quadrangular, afastando-se assim da Escola e Jardim Infantil pré-existent. O Palácio da Justiça volta a fachada Noroeste para a Avenida 25 de Abril, e liberta o restante espaço para desenhar uma praça de dimensões consideráveis que permita a união entre o jardim Sul e o jardim Lopes da Costa a Norte, ambos de carácter importante para a cidade (*figura 14*). O contacto entre os dois jardins era uma premissa do projeto e como tal, os arquitetos através do desenho da praça conectaram física e visualmente, conseguindo uma permeabilidade e fluidez do espaço público.

Este equipamento, não contém apenas os serviços jurídicos, mas também serviços de conservatória. O Tribunal desenvolve-se no piso superior com entrada pelo jardim Sul, e os serviços da conservatória desenvolvem-se enterrados, com entrada feita pelo lado do jardim Lopes da Costa a Norte.

⁶³ BARBOSA E GUIMARÃES, *Barbosa & Guimarães Arquitectos- memória descritiva*

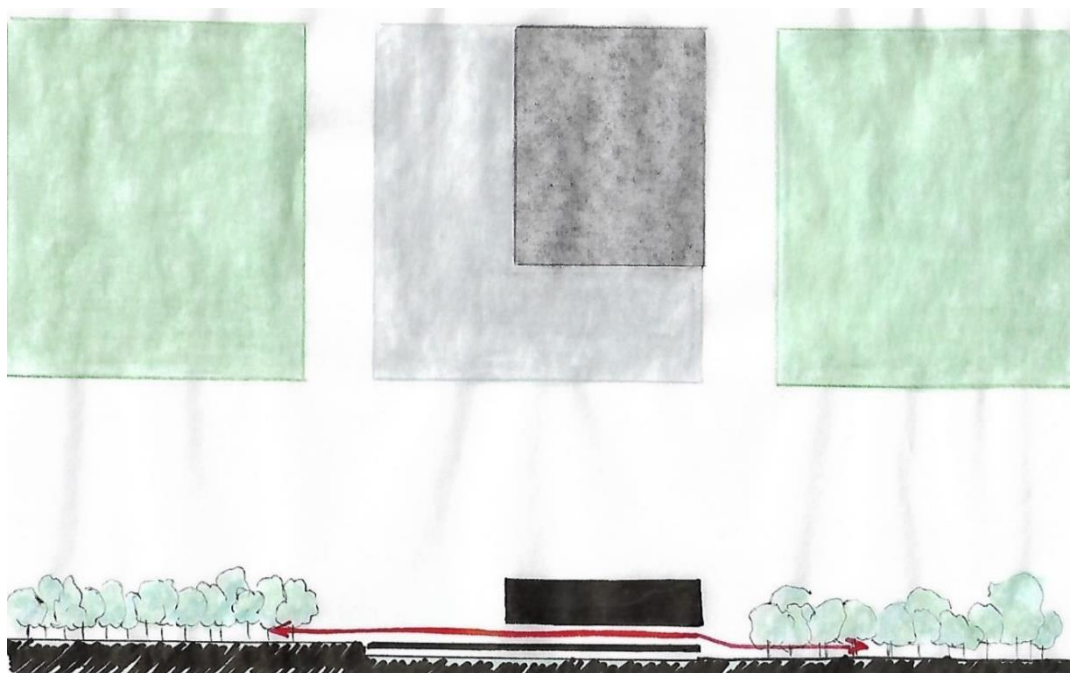


Figura 24 – Esquema: jardim – praça – edifício – jardim. E um corte esquemático que esclarece como a passagem é feita à cota da praça, que permite a conexão dos jardins pré-existentes e de importância para a cidade. (escala 1/500)

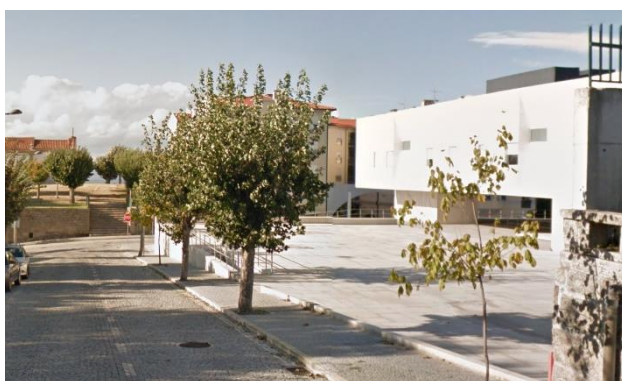


Figura 25 – Através destes três exemplos é visível a praça e como o envasamento em pedra desenha o espaço e a materializa. Uma praça que está nivelada a uma cota superior da Avenida 25 de Abril, e se abre a Norte e Sul para ambos os jardins.

O facto de o edifício estar implantado numa zona consolidada da cidade, faz com que a preocupação com a envolvente e a integração do novo Tribunal fizesse parte fulcral do pensamento dos arquitetos. O Palácio da Justiça de Gouveia, no fundo, é a “rótula” que permite, a duas cotas distintas (cota da praça do Tribunal e cota da Avenida 25 de Abril), uma união dos espaços públicos pré-existentes. A elevação do edifício do solo, permite uma continuidade espacial e um contacto visual entre toda a envolvente próxima, o que dá uma dimensão espacial alargada. A praça uniformemente materializada em pedra, assume-se rígida e bem delimitada, sem qualquer vegetação, não se sobrepondo aos jardins pré-existentes. Através do esquema da *figura 14* é visível a conexão que a praça proporciona, apresentando-se como um elemento de continuidade do espaço urbano. Neste local, a praça assume um papel aglutinador entre pré-existências, faz o remate do lote, consolida e valoriza o tecido urbano que *“em diálogo com os muros de granito que definem a sua envolvente, a Praça assume-se como um envasamento de pedra, sobre o qual pousa o Tribunal.”*⁶⁴. O facto de o edifício se implantar fazendo frente de rua, liberta o espaço entre o Tribunal e o muro da Escola, o que proporciona uma praça mais resguardada da frente urbana, mas nunca perdendo o contacto visual através da elevação do edifício. O edifício observado do exterior, apresenta-se como um volume em betão branco, simples, onde as aberturas marcam um ritmo sem se sobressaírem no conjunto. É interessante a forma como o Tribunal pousa em quatro pilares tornando transparente e permeável a ligação entre os dois jardins pré-existentes (*figura 15*). O facto de o Tribunal de desenvolver no piso superior, torna autónomo o serviço da conservatória que se desenvolve no piso enterrado. Este pormenor, é enfatizado através das entradas serem opostas. O Tribunal é acessível através de uma grande escada que se desenvolve da praça até ao primeiro piso, aberta para um pátio interior. No envasamento do edifício situa-se o serviço das conservatórias, aberto para o pátio interior e com ligação direta ao jardim do Lopes da Costa, situado do lado Norte. Para além do enquadramento de toda a envolvente, este pátio enquadra e recorta o céu.

A acrescentar ainda, o carácter simbólico que um edifício deste carácter adquire *“A dignidade e o simbolismo que um edifício como um Palácio da Justiça deverá sempre ter é conseguido à custa do carater monolítico e singular, que o volume de betão branco adquire, sobretudo na expressão dos seus alçados maciços, com vãos profundamente «escavados» como que suspensos sobre a Praça.”*⁶⁵

⁶⁴ BARBOSA E GUIMARÃES, *Barbosa & Guimarães Architectos- memória descritiva*

⁶⁵ Idem

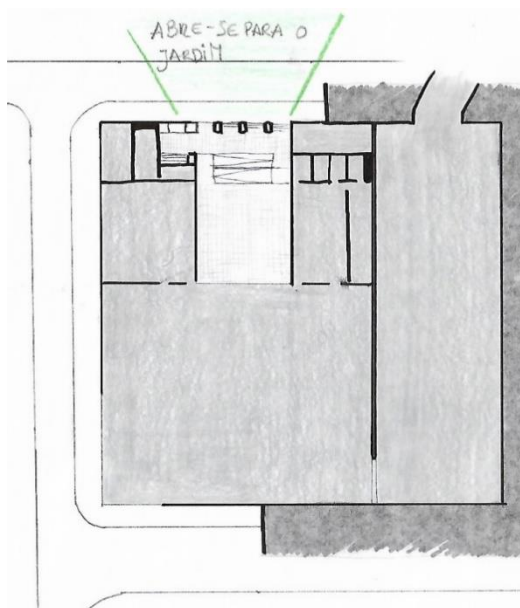


Figura 26 – Planta piso -1 – é perceptível o acesso para a conservatória feito pelo lado do Jardim Lopes da Costa (Norte). A cinzento claro é o interior e a cinzento escuro a área de estacionamento subterrâneo. (escala 1/500)



Figura 27 – Planta piso 0 - O acesso ao Tribunal através das escadas que se encontram no pátio interior (delimitado a amarelo) que conecta visualmente com a área da conservatória no piso -1. (escala 1/500)

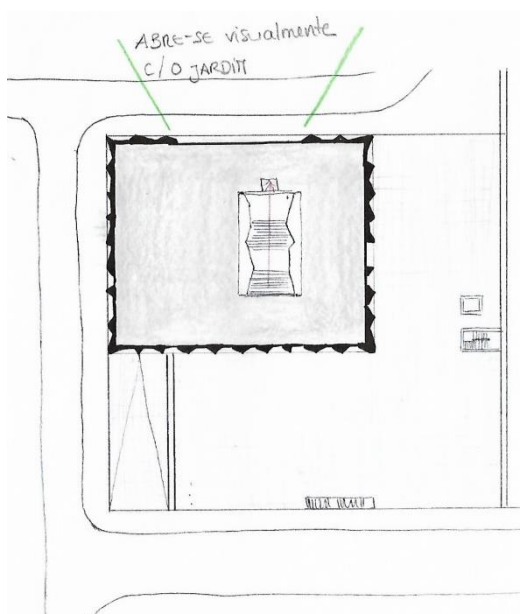


Figura 28 – Planta piso 1 – o utilizador é encaminhado para o interior do tribunal através da escadaria. Uma vez no interior depara-se com o enquadramento sob o Jardim Norte. (escala 1/500)

De facto, ao ler a memória descritiva do projeto de Gouveia, subentende-se a importância da praça, e da relação que ela estabelece entre os dois jardins com que faz ligação. Salienta-se ainda a importância que a envolvente assume e o facto de o edifício se integrar pela sua escala e *"estabelecendo uma relação de proximidade com as copas das árvores existentes através de um vão horizontal"*.⁶⁶ As plantas das figuras 16, 17 e 18 especificam o enquadramento e amplitude da praça, assim como os acessos e as perspetivas que se consegue ao percorrer o espaço.

A permeabilidade e fluidez visual exterior é notória e muito subtil, permitindo uma amplitude do espaço e uma ligação entre os jardins, entre as diferentes áreas do edifício, entre interior/exterior. Um edifício, que pelo seu programa apresenta uma área considerável, aparenta uma leveza dada pela sua elevação do solo e pelo contacto visual que é possível ter de qualquer ponto da envolvente. O edifício não se assume como uma peça maciça, compacta, mas ao contrário, é concebido à escala local, com proporções adequadas, onde o espaço público se desenha ao nível total do solo. O edifício e o espaço público significativo dialogam com a malha envolvente clarificando e construindo espaço publico através da arquitetura.

Um jogo de panoramas e perspetivas desafogadas entre a envolvente e o céu, que enfatizam o espaço público e aumentam a perceção da dimensão espacial. Por exemplo, o utilizador nunca vê os jardins do mesmo ângulo, ao percorrer ou subir as escadarias que ligam ao Tribunal no corpo superior, deixa atrás de si o jardim Sul e vê os troncos das árvores do jardim Norte. Uma vez dentro do edifício tem através de uma janela horizontal o enquadramento da copa das árvores do jardim Norte. Esta manipulação da paisagem e dos enquadramentos é feito com mestria através da elevação do edifício e do desafogo que isso provoca no solo. Outro exemplo é a abertura direcionada para o céu no pátio interior, onde se insere a escadaria do Tribunal. Ao subir as escadas para o Tribunal ou ao descer a rampa para a conservatória, é visível o céu que proporciona a sensação de infinito e de maior amplitude espacial. Assim, através destes jogos de profundidade e perspetiva, a sensação do espaço é maior que a realidade.

⁶⁶ BARBOSA E GUIMARÃES, *Barbosa & Guimarães Arquitectos- memória descritiva*



Figura 29 - Vista aérea com delimitação a vermelho do local de implantação do Palácio da Justiça em relação à cidade

5. Projeto de reabilitação do Palácio da Justiça

5.1. O lugar

O objeto de estudo, o Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira, situa-se no centro da cidade, rodeado de todas as infraestruturas e equipamentos que a cidade oferece. Das principais infraestruturas viárias que dão acessibilidade à área de intervenção destaca-se a Avenida 25 de Abril, que liga com a N223, uma via de forte influência nas comunicações da cidade, e a Rua Doutor Alcides Monteiro. Situa-se a 5 minutos de carro da saída da A1. Neste cenário, a área de intervenção está localizada numa zona em que estão reunidos os principais equipamentos e infraestruturas urbanas do concelho. É de facto um ponto fulcral nas comunicações da cidade, com uma forte afluência de trânsito diário e ligação aos diversos pontos da cidade.

Com uma morfologia pouco acentuada, no linear da zona baixa da cidade histórica e na zona alta do Hospital, o Palácio da Justiça está edificado a uma cota estável, sem declive. No local do edifício, encontra-se a poucos metros, uma pequena linha de água que desagua no Rio Cáster, na zona histórica da cidade.

Toda a envolvente do Palácio da Justiça é edificada, maioritariamente edifícios de habitação, comércio e serviços. A cêrcea máxima dos edifícios envolventes é de 6 pisos, sendo na sua maioria edifícios com 5 pisos de altura máxima. Estes espaços são pontuados por árvores nos passeios, sendo a frente do Palácio da Justiça um grande espaço ajardinado e a lateral uma alameda cimentada.

Até 1991, ano da construção, este local era invadido pela vegetação que se apropriava e crescia desenfreadamente. O edifício ocupa aproximadamente 3800m² de área bruta de implantação e situa-se na extremidade superior direita do lote, deixando totalmente livre toda a área da frente, apenas com um espelho de água, voltado para a Avenida 25 de Abril. Toda a envolvente próxima do edifício é relvada, exceto as zonas de passagem que são materializadas a cubo pequeno. Do lado esquerdo do lote, foi criado uma alameda cimentada com árvores que delimitam o espaço, criando uma zona de passagem e de transição para o Tribunal. A linha de árvores repete-se, quase como um filtro, do lado oposto ao Tribunal onde existe um estacionamento público. Por detrás do edifício, estava situada uma zona arvoreá significativa, que dava um enquadramento interessante ao Palácio da Justiça, mas, neste momento, foram construídos diversos edifícios de habitação e escritórios.



Figura 30 - vista sob um troço da Avenida 25 de Abril



Figura 31 - vista sob a Rua Doutor Alcides Monteiro e o novo Tribunal



Figura 32- Alameda do Palácio da Justiça



Figura 33 - Vista sobre o parque de estacionamento público



Figura 34 - Alameda



Figura 35 – Vista para a frente do Palácio da Justiça

5.2. Conclusões

Considerando a análise nos pontos anteriores, pode concluir-se o seguinte:

1- A cidade de Santa Maria da Feira adaptou-se às vivências e aos seus habitantes, que moldaram o território e se apropriam do espaço. A área de intervenção representa nitidamente a afirmação acima referida: outrora uma zona rural, maioritariamente com vegetação selvagem, que se transformou numa área completamente urbana e repleta de infraestruturas. Um local urbano, central, privilegiado a nível de acessos e de equipamentos, com um potencial para demonstrar a simbiose perfeita entre a arquitetura, as memórias do lugar e a natureza, mas que, neste momento, não está a ser tomado partido dos seus benefícios e potencialidades.

2 - Esta cidade continua em expansão e a sua paisagem tem sido marcada pela presença e dimensão dos equipamentos coletivos, que dotam a cidade de serviços, mas que na sua maioria não respeitam a escala urbana. Um tecido urbano inicialmente rural e precário, que se foi pontuando por novas construções e que neste momento, está invadido por uma explosão de serviços, muito concentrados no núcleo histórico, e na envolvente próxima. A malha geral da cidade de Santa Maria da Feira é incoerente, com várias dissonâncias entre a escala habitacional e a escala dos edifícios de equipamentos/serviços. Esta incoerência o tecido urbano antigo e o recente, pontuado por grandes equipamentos, não tem vindo a preocupar-se com o espaço público e com o impacto que têm na paisagem da cidade.

3- O Palácio da Justiça, apesar da sua excelente localização, carece de uma reabilitação ao edificado e a qualificação do espaço público. Neste momento, não tem qualquer valor paisagístico, com muitas insuficiências e num estado de degradação absoluto. O edifício está ao abandono, os pavimentos exteriores estão partidos e não existem espaços de estar. A alameda lateral não se adequa à escala local, não se justificando 40 metros de largura apenas como local de passagem, com um pavimento cimentado, sem qualquer valor arquitetónico/paisagístico. É necessário criar neste local espaço verde, privilegiando zonas de estar, com uma zona de passagem que una as duas cotas da cidade. Através do espaço verde e de maciços arvoreos é assegurada a transição suave entre a envolvente compacta edificada e o Tribunal, e ainda, a integração do edifício que tem uma grande escala na malha urbana.

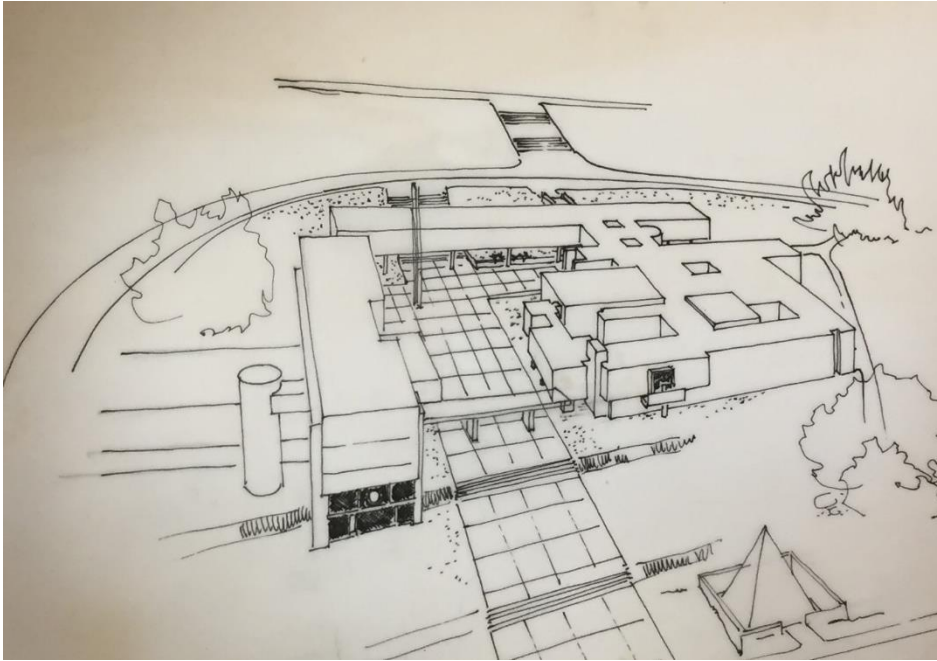


Figura 36 – Projeto para o Palácio da Justiça e o Paços do Concelho, Santa Maria da Feira, iniciado em 1977



Figura 37 – Vista do volume mais baixo, da entrada e da caixa de escadas.

5.3. Palácio da Justiça de Santa Maria da Feira

Terminado em 1991, Viana de Lima projeta um edifício leve, com transparências, aberturas e reentrâncias que se integra na envolvente. O Palácio da Justiça apresenta-se à cota da rua com uma cêrcea máxima de dois pisos. Pela localização que constituía uma expansão do centro urbanístico, o projeto previa um conjunto formado pelo Palácio da Justiça e o Paços do Concelho. Mas esta ideia não foi executada, sendo apenas construído o edifício do Tribunal.

O Tribunal, apresenta características ligadas ao movimento Moderno, pela sua linguagem, materialização, panos de vidro, cobertura plana, pilotis, pátios, e apontamentos de cor. Este conjunto de características manifesta a simplicidade racional do autor e as suas principais influências do movimento Moderno. O arquiteto, projeta um edifício que se opõe à configuração destes equipamentos neste período, rejeitando o cânone clássico. Através de cheios, vazios, reentrâncias, saliências, consegue um dinamismo e um movimento interessante no edifício, originando um conjunto transparente e leve. Os pilotis, que elevam o volume simples do solo, permitem a passagem e uma perspetiva alargada do espaço.

O programa é distribuído de uma forma simples: no rés do chão, no corpo mais baixo, ficam instalados o registo, o notário e as secretarias, e no lado oposto o arquivo, área dos réus e zona do porteiro; no piso superior situam-se as secretarias e os serviços de justiça. No total, o edifício apresenta uma área bruta de construção de 3800m². O programa prevê ainda salas de testemunhas separadas, salas de advogados, biblioteca, percursos distintos público/privado, tudo valências que dignificam a justiça e o utente. No entanto, o edifício mostra-se com capacidades dimensionais insuficientes para dar uma resposta correta a um programa judicial atual.

A entrada, voltada para a alameda lateral, é a peça que une os dois corpos do edifício, e permite uma visão sob o pátio oposto, através de um envidraçado, o que dá ao espaço uma extensão interessante e uma luz intensa. Do lado direito situa-se a escadaria principal, que se abre para a alameda através de um corpo envidraçado. Desenhada em forma de 'u', apenas agarrada lateralmente, é uma peça bonita que dá a sensação de flutuar.

O edifício tem estrutura em betão armado, e as paredes exteriores são duplas, com betão pré-fabricado no exterior e parede de tijolo maciço pelo interior. Os acabamentos vão desde placas pré-fabricadas de betão armado, tintas com cores vitrificantes e reboco.



Figura 38 – Vista para o estacionamento público, alameda e Tribunal.

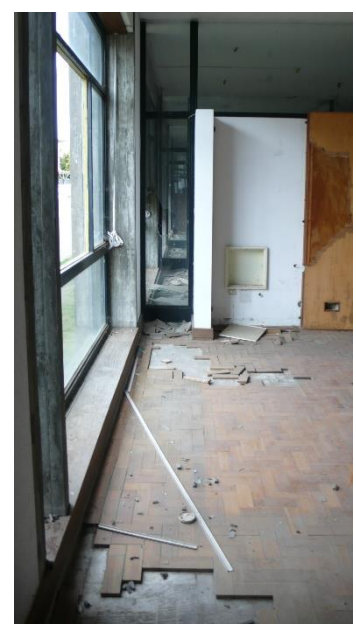
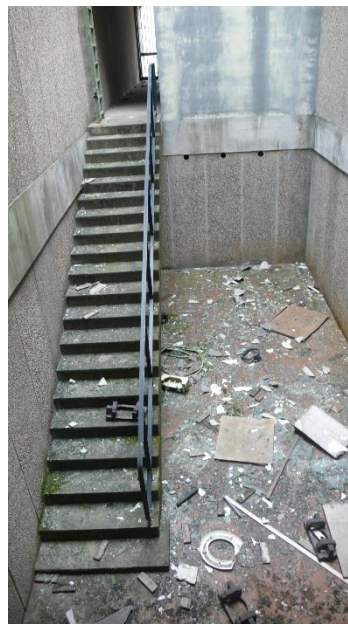
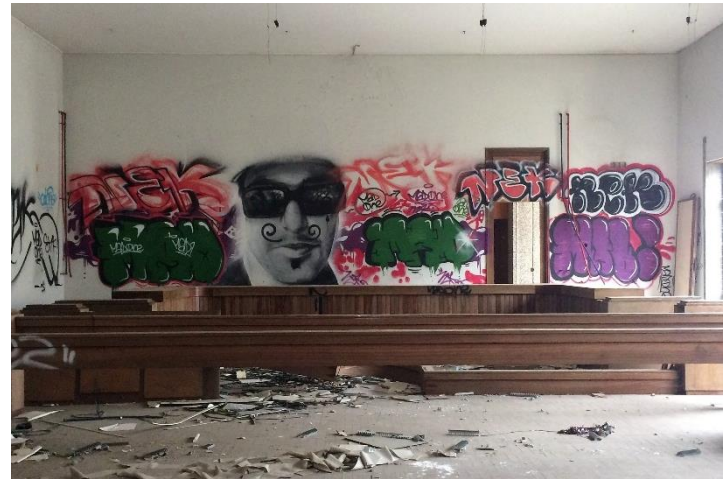


Figura 39 – Conjunto de 5 imagens que retratam algumas das necessidades de reabilitação

No acabamento do chão, dependendo das zonas, é aplicado o mosaico, tacos de madeira e alcatifa. As janelas são em alumínio com estores, a porta de entrada e os panos de vidro têm caixilhos em ferro, e as portas são materializadas em madeira de kambala envernizada. Neste projeto, Viana de Lima desenhou algum do mobiliário, nomeadamente os bancos, balcões das secretarias, secretárias, o que demonstra uma preocupação em definir todos os elementos para que o projeto se torne mais rigoroso. As escolhas criteriosas dos materiais, permitem que exista uma continuidade do exterior para o interior através dos rasgos de luz. O revestimento em betão pré-fabricado da fachada, é em muitas divisões transportado para o interior, o que dá a sensação de não existir uma barreira física pela continuidade visual. Os pátios que pontuam o edifício permitem um desafoço espacial, luz e ventilação natural em todos os compartimentos. Inclusive algumas salas de audiências recebem luz destes espaços, que lhes dá características interessantes em termos de luminosidade. O espaço público foi pensado com uma alameda lateral para zona de passagem pedonal, zona verde que faz a distinção entre o Palácio da Justiça e o restante espaço, zona de estacionamento pública e privada e zonas de estar. Esta distribuição demonstra a intenção do arquiteto em integrar o edifício no local. O recuo do edifício e a criação de um jardim frontal para a Avenida 25 de Abril, cria um destaque para o conjunto e ao mesmo tempo oculta a extensão do edifício.

5.4. Estado atual

O estado atual do Palácio da Justiça é certamente diferente do que o arquiteto imaginou. Abandonado 2008, o edifício é alvo de vandalismo e serve de abrigo para atividades menos lícitas, o que leva à constante degradação. Um equipamento desta dimensão, com potencial para valorizar a cidade está a fazer exatamente o contrário. No exterior, os grafites nas paredes, os vidros partidos, a vegetação que já se apropriou da entrada e dos pátios, não deixam margem para dúvidas da necessária intervenção. Nas fachadas, existem fissuras que necessitam ser cuidadas, mas no geral, não apresenta qualquer outro tipo de anomalia relevante.

No interior, a destruição é total, os vidros, mobiliário, pavimento e os grafites ocuparam-se das paredes. Não existe instalação elétrica, os tubos e peças sanitárias foram furtadas. Existe infiltração de água nos pisos superiores nas zonas das secretarias. O edifício, em termos estruturais encontra-se em plenas condições, mas, devido ao abandono, necessita de uma requalificação. Contudo, como se trata de um edifício de carácter Moderno, com aspetos arquitetónicos válidos, a intervenção deverá ter em conta estas premissas e atuar quase como um restauro, para que não seja perdida a sua essência.

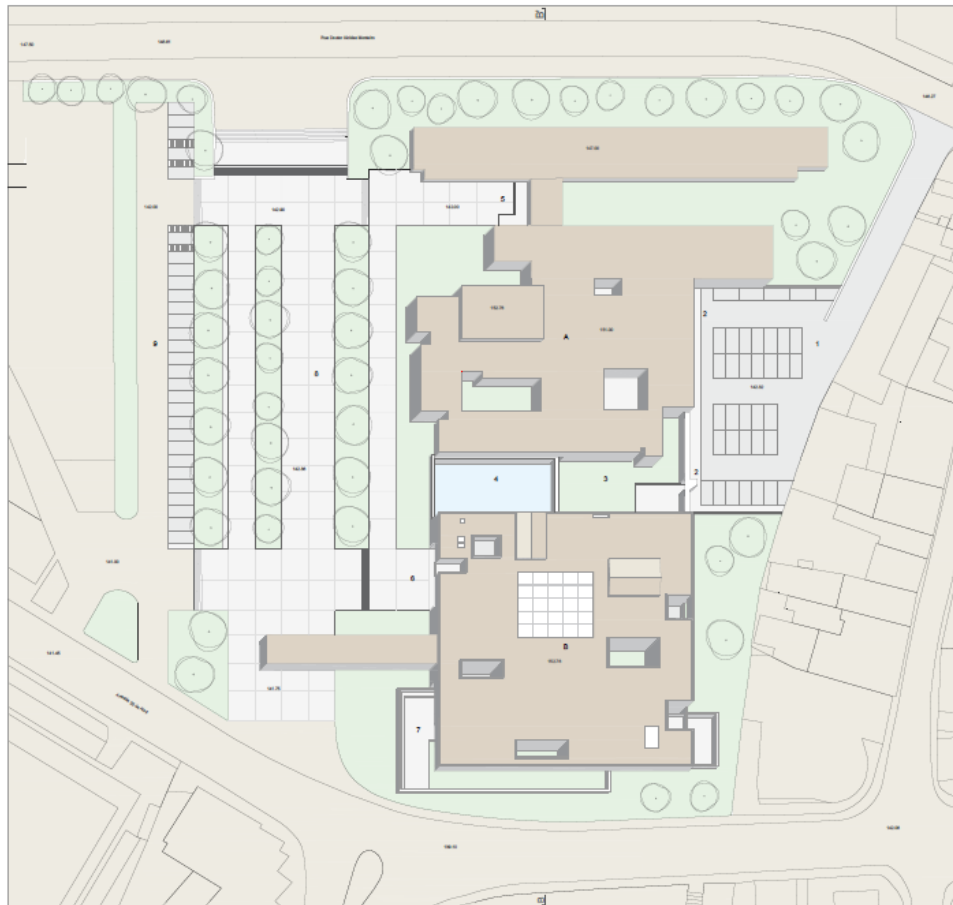


Figura 40- Planta de implantação do projeto

6. Projeto de arquitetura: Ampliação do Palácio da Justiça

6.1. Programa geral

O programa prevê a reabilitação do antigo Palácio da Justiça e uma posterior ampliação de modo a criar um conjunto coerente e consolidar a área de intervenção. Como o edifício pré-existente se trata de património arquitetónico Moderno, foi tomada a opção de apenas ajustar e restaurar tudo o que estivesse em condições inapropriadas. É de salientar, que se trata de um edifício do século XX, de um arquiteto renomado, que se aliará a outro edifício de linguagem contemporânea. Em termos de desenvolvimento, foi fundamental a figura de Viana de Lima, precursor do movimento Moderno no nosso país. O meu projeto, tenta dar uma resposta a nível de controle formal volumétrico, da contextualização do local, de problemáticas arquitetónicas e programáticas, mesmo com os limites de um processo académico.

A proposta de projeto, respeita valores previamente estudados do edifício pré-existente, considerando alguns fatores mais relevantes, nomeadamente, a altura do edifício, alinhamentos mais importantes, materiais, o uso exclusivo do betão na fachada, como forma de aproximação ao local e ao existente. A linguagem formal busca ainda uma interação dos dois edifícios, através de outros elementos, nomeadamente a concessão dos pátios, da passagem subterrânea entre ambos e do espelho de água. Uma reabilitação num edifício deste carácter, deverá ter em conta, a essência do projeto e manter a lógica dos espaços para não ferir o equipamento.

Este conjunto de edifícios representa a democracia e o poder civil, como tal, uma das preocupações foi tornar o acesso simples ao utente e aos magistrados. Tendo em conta a linguagem moderna, esta ação contemporânea passa por tentar minimizar o impacto, através do uso dos mesmos materiais, e de um volume único e introspetivo. Esta última característica vai de encontro ao meu entendimento pessoal do que deveria ser este espaço onde se delegam sentenças, onde o exterior não deve interferir. O uso do betão em ambos os edifícios, a cércea, a entrada principal do mesmo lado, a ligação através da água como simbolismo da vida, criam um conjunto coeso. No interior, os pátios, a criação de espaços amplos, o uso dos mesmos materiais, ajuda a reforçar a ideia de um todo. Esta coerência é importante para que se consiga compreender que apesar de serem dois edifícios distintos, com linguagem e épocas de construção diferentes, funcionam como um.

Uma preocupação muito presente era o facto da insuficiência espacial de arquivo, portanto, o piso -1 do novo edifício, para além de conservatória e notário, tem diferentes arquivos compartimentados pelos diferentes juízos. A segurança é um ponto importante neste projeto, onde foi distinguido os percursos privados e públicos. Foi mantida a entrada do lado esquerdo, voltada para a Alameda, para os utentes, e do lado oposto, uma entrada exclusiva para magistrados e funcionários. No interior, o edifício respeita essa premissa, e do lado esquerdo encontram-se todas as divisões públicas, e do lado direito os compartimentos privados. Preocupações como salas de audiências que respeitem o ritual, que elevam os magistrados, com portas dimensionalmente maiores, que preveem salas de testemunhas separadas, são concretizadas no projeto.

Em termos de programa judicial, o antigo Palácio da Justiça contem o juízo central criminal, juízo local criminal e de instrução criminal. Deste modo, para além de existir uma distinção deste juízo de crime de todos os outros, existe uma otimização dos serviços. Neste edifício já se encontrava as condições necessárias através da existência da área dos reclusos, com selas e condições de permanência. O novo projeto alberga os restantes juízos, nomeadamente juízo central de trabalho, juízo central de família e menores, juízo central cível e local cível. Todo este processo, foi estudado e aprofundado não só através do site do Ministério Público, como também de casos concretos. Os serviços da conservatória localizaram-se no piso -1 do edifício, aberto a um pátio interior e outro de maiores dimensões que comunica visualmente com o exterior. A passagem entre os dois edifícios é feita exclusivamente por um túnel subterrâneo de uso privado, para passagem de arquivos ou alguma troca de informação. Deste modo, visto que ambos os edifícios têm entradas independentes, existe um controle total para uma maior segurança.

Em suma, a proposta traduz-se numa reabilitação e ampliação que funciona como um conjunto e passarão a ser um só edifício. Este trabalho apresenta uma pesquisa teórica, diferentes processos e escalas de projeto, desde a concretização de um plano para a envolvente próxima, bem como o aprofundamento das várias escalas de trabalho ao nível de projeto de execução, tanto no projeto de raiz, como em alguns elementos do antigo Tribunal. Este projeto contribui assim, para uma melhoria não só individual do objeto, mas também para o próprio território.



Figura 41 – Pátio do Tribunal de São João Novo, Porto



Figura 42 – Atual Tribunal de Comarca, Santa Maria da Feira

6.2. Conceito e projeto

Após um estudo profundo para a criação de um programa judicial real, é desejado que este equipamento responda a questões que no meu entender são muito importantes. Assim, a segurança dos utilizadores, o reconhecimento destes equipamentos, o não distanciar o utente da justiça, e a convicção de que a arquitetura é o meio para que exista espaços que não só cumpram o vasto programa, mas também garantam o bem-estar do utilizador.

O projeto, foi concebido após um longo estudo de vários Tribunais nacionais e internacionais, tendo como premissa uma justiça igualitária, que valorizasse o espaço, respeitasse o utente, o funcionário, de modo a salvaguardar o bem-estar de todos. Para tal, visitei alguns Tribunais, assisti a uma diligência, para conseguir experimentar e ver que impacto e sensações estes espaços provocam.

No Tribunal da Relação do Porto, é uma sensação de desenquadramento devido à sua escala. Por sua vez, no Tribunal de São João Novo, existe um pátio, e apesar de não existir segurança e os percursos privados e públicos se cruzarem, o ambiente era mais desafogado e confortável. No atual Tribunal de Santa Maria da Feira, sediado num edifício adaptado de habitação/serviços, a sensação é de irreconhecibilidade das funções. É através do elevador que é feita a deslocação aos vários pisos, existem corredores, portas todas iguais (seja sala de audiências ou gabinete) o que dá a este equipamento um carácter muito pessoal.

Ao ter visitado vários Tribunais, vi que a espacialidade não era cuidada, não havia preocupação a nível arquitetónico na maior parte, por falta de sensibilidade, degradação ou adaptação de edifícios para estas funções. A insegurança e descuido espacial eram notórios. Deste modo, no meu ponto de vista, um edifício deste carácter pressupõe segurança, conforto, reconhecimento e responsabilidade. E são estas premissas que tentei abordar neste projeto.

Na reabilitação foi desenvolvido um programa tendo em atenção as limitações espaciais, e desse modo apenas três juízos foram previstos. A adaptação ao juízo criminal está relacionada com o facto de já existir selas de reclusos, área de polícias com circulações independentes, e ainda para tentar criar a distinção entre este juízo que tende a ter situações mais delicadas. O edifício foi adaptado, e para tal, foram retirados os serviços de conservatória e notário e reestruturados no novo edifício.

No primeiro piso estará instalado o juízo de central criminal. No átrio principal este edifício prevê uma zona adaptada a posto de atendimento e área de segurança.

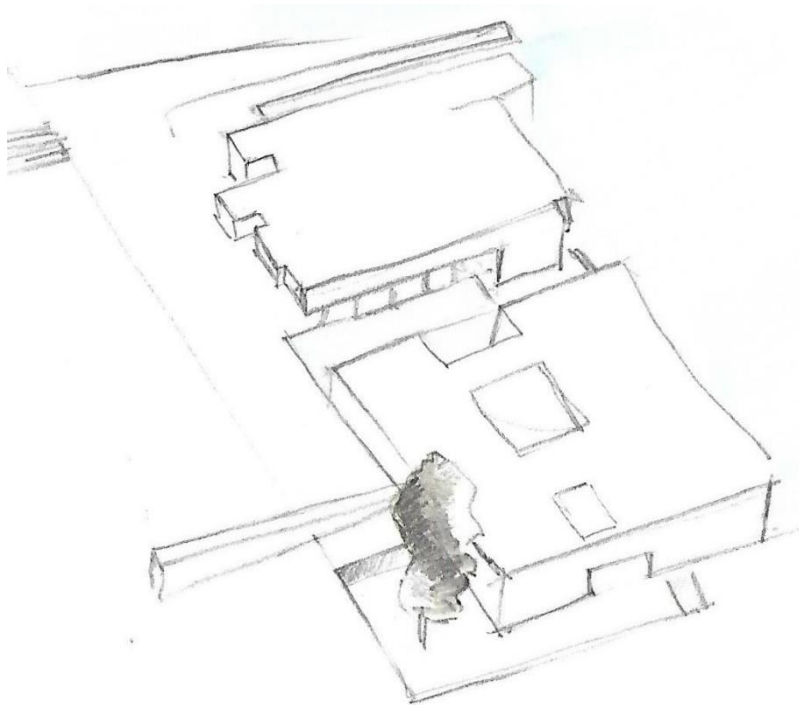


Figura 43- Volumetria geral do conjunto.

Deste modo, o corpo mais baixo do edifício terá uma sala de audiências com duas salas de espera para testemunhas, e todo o resto será secretaria relativa a este juízo. Foram ainda previstas salas de advogados, biblioteca e salas polivalentes.

No outro corpo do respetivo edifício, a antiga secretaria dará lugar a uma sala de audiências, com biblioteca. Sofreu alteração a parte do arquivo, que em vez dos cofres terá dois elevadores. Outra das adaptações está relacionada com a área dos reclusos, que terá para além das selas, uma sala de vigilância, um corredor que permite a circulação privada, um elevador e escadas privativas. As zonas das instalações sanitárias foram adaptadas de forma a tornarem-se mais funcionais e acrescentar ainda zona de balneário para polícias e seguranças. A área que antes era ocupada pelo vigilante, neste momento serve de gabinetes para os magistrados, tendo apenas alterados algumas paredes interiores.

No piso superior, situam-se os juízos de instrução criminal e local criminal. As secretarias mantiveram-se e os gabinetes dos magistrados também. As alterações passaram pelas salas de audiências, visto que ambos os juízos necessitavam de duas com as respetivas salas de testemunhas. Para tal, foi previsto na sala de audiências maior, dividir ao meio e criar duas salas para juízo de instrução criminal, visto não ter grandes necessidades de espaço. Todas as secretarias têm previsto espaços de arquivos corrente para material ou documentos.

Posto estas adaptações do programa, após uma profunda análise, o que seria necessário é colocar todos os acabamentos porque, mesmo que não tenham sido vandalizados estão degradados. Para que o edifício pudesse funcionar, seria necessário colocar todas as caixilharias, todas as infraestruturas, peças sanitárias, pavimento, teto, pinturas e mobiliários. E claro, a limpeza e tratamento dos pátios, que são importantes para o edifício. Deste modo, estão asseguradas todas as principais características do edifício e a recuperação e preservação do património.

A relação com o novo edifício é feita através das linguagens que ao invés de se oporem, completam-se. Se por um lado, a pré-existência apresenta reentrâncias, pilotis e transparências e o novo edifício é um único volume, de planta quadrangular, que se amarra ao chão, sem transparências, apenas com janelas voltadas para a rua quando necessário, pois a recorrência aos pátios para luz natural é mais frequente. A volumetria do edifício surge através da pré-existência, tanto a nível de planta como de volumetria, através dos alinhamentos principais e plausíveis dimensionalmente, de modo a conseguir criar algo racional, que encerrasse o espaço e criasse uma ideia de união. Surge a planta quadrangular, que pelas suas dimensões rematou e consolidou este terreno. Deste modo, o novo edifício não comunica com o exterior, com um conceito mais introspetivo, voltado para dentro, como entendimento que a justiça deverá ser refletida e encerrada para pensar nas decisões.

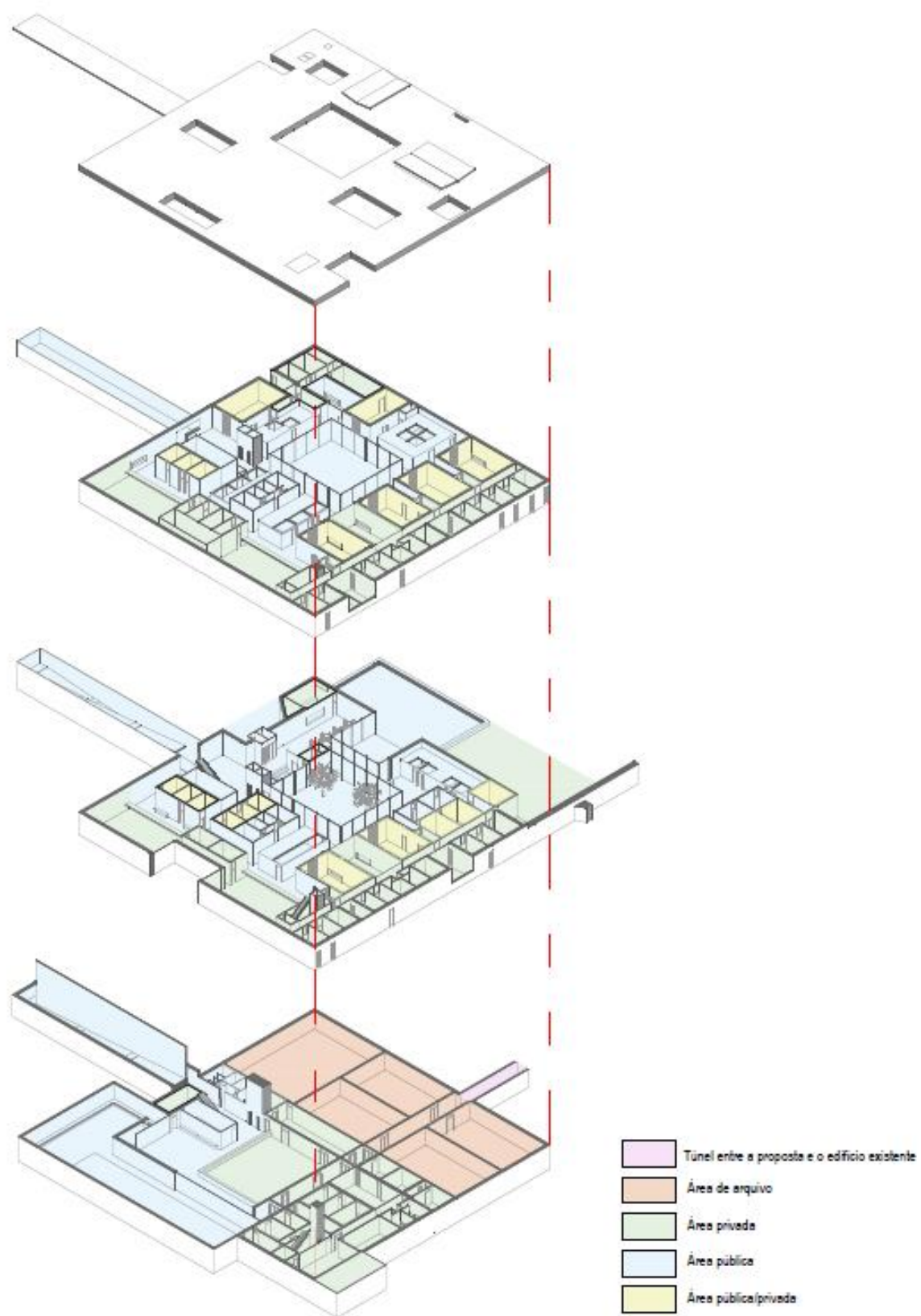


Figura 44 – Axonometria explodida com as diferentes áreas demarcadas

Os edifícios estão unidos por um túnel subterrâneo privado, de acesso direto aos arquivos. Esta ligação vai do piso -1 do antigo edifício, que era a área de manutenção, para a conservatória e notário do projeto. O facto de não existir nenhuma passagem coberta que una os dois edifícios, deve-se ao facto de terem juízos distintos. À cota da rua, a ligação entre os dois edifícios é realizada através do uso de um espelho de água com a estátua da Deusa Institia, que impede a passagem e distingue a área pública da área privada. Do lado oposto, foi desenhado um muro, que permite a passagem dos magistrados do estacionamento, que não encosta na pré-existência. Desta forma, é possível através deste muro e do espelho de água criar dois espaços distintos: por um lado um pátio privado para magistrados e funcionários, e do outro lado, um espaço de estar/parar para os utentes.

Em termos de materiais existe um entendimento de aproximação e respeito perante o edifício pré-existente que é materializado em peças de betão pré-fabricadas, com caixilharias em alumínio, porta de entrada em ferro, madeira nos espaços mais nobres, pedra nos espaços comuns, e deste modo, o novo edifício respeita esta premissa.

Ao nível da comodidade dos magistrados, neste edifício foram projetadas salas polivalentes, que servirão para áreas de descanso caso seja pretendido. Assim, no desde o estacionamento, que é privado, existe um passadiço, criado no edifício pré-existente para que possam entrar e ter acesso ao átrio principal, evitando a porta pública. No edifício projetado atualmente, os magistrados entram do mesmo lado, através do muro que une à pré-existência. A circulação, sendo um projeto de raiz, está pensada a que os magistrados entrem e se dirijam diretamente aos seus gabinetes ou às salas de audiências. Visto, serem locais que deveriam ser por excelência, seguros, não só o utente, os funcionários devem sentir-se confortáveis visto a responsabilidade que têm de delegar sentenças implicando a vida do utente. Pensando desta forma, deverá existir uma serenidade por parte dos funcionários, e no meu entender isso consegue-se através de locais simples, apenas com o essencial, que ajudem a concentrar no que realmente importa. Consegue-se ainda através de locais calmos, onde possam fazer uma pausa em contacto com a natureza ou elementos naturais. Uma vez que este equipamento está implantado no meio da cidade, este último ponto é conseguido através de pátios no interior, que remetam o utilizador a locais imaginários.

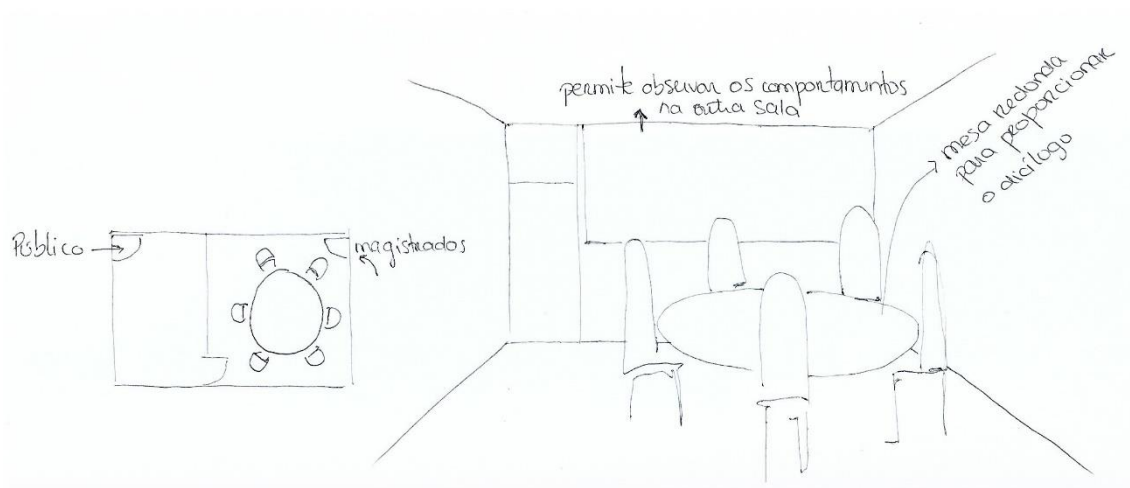


Figura 45 – Configuração da sala de audiências do juízo central de família e menores.

Em termos de programa, visto que foi um edifício pensado de raiz, tornou-se mais simples verificar quais as necessidades e como conseguir responder. Assim, no piso -1 encontra-se os serviços da conservatória e notário, juntamente com toda a área de arquivo. A área total de arquivo é de 940m² para todos os juízos que ambos os edifícios albergam. A área do notário, compreende a zona da secretaria e a sala de espera comum com aproximadamente 520m². Existem ainda, os gabinetes do notários e gabinetes polivalentes, com cerca de 20m² cada. Neste piso, existe dois pátios para os utentes, um interior de menores dimensões, e um pátio exterior, virado para a alameda lateral, que permite um desafogo e contacto com o exterior. Os funcionários, também têm acesso a dois pátios privados, e uma sala polivalente que poderá servir para área de descanso.

No piso rés-do-chão, está situado o juízo central de trabalho e juízo central de família e menores, ambos com necessidades muito específicas. São necessárias salas que sejam polivalentes, onde permitam em caso de separação o menor permanecer calmo para poder ser observado, por exemplo. Para isso, foram criadas duas salas, a primeira mais pequena, onde podem estar brinquedos, cadeiras, mesas, e a segunda com um vidro antirreflexo de modo a que se consiga analisar as ações da criança. Estas salas preveem mesas redondas para tentar resolver os litígios de forma mais informal. As portas nestas salas, apesar de serem salas de audiências, são de menor escala, para não intimidar, mas sim convidar a entrar.

O juízo central de trabalho, tem uma sala de espera comum e contêm duas salas de audiências de 50m² cada, com portas de 4m de altura, mobiliário de madeira com bancos e área dos juízes mais elevada. A luz natural advém de um pátio, e a janela longitudinal situa-se ao nível dos pés, para não distrair ou tirar o foco da audiência. Cada sala de audiências está prevista com duas salas de testemunhas, que se destacam pelo seu pé direito mais baixo, clarabóias para luz natural, e pela materialização em cortiça. Este material foi usado, não só para destacar a sala e torná-las facilmente reconhecíveis, mas também pelo simbolismo à cidade. Como material de construção, permite através da sua cor e textura diferenciar os espaços, sendo que tecnicamente apresenta um ótimo comportamento em termos de isolamento térmico e acústico. Para além destes departamentos, existem seis gabinetes, um para advogados, para consultas médicas, e os restantes para multifunções. Existe ainda uma secretaria com 140m² para cada juízo.

Os gabinetes dos magistrados situam-se sequencialmente do lado direito do edifício de forma a que seja direto o acesso. Nesta área estão previstos dois pátios, que servem como desafogo e criam pontos de luz.

Este piso predispõe ainda de um posto de atendimento e um posto de segurança no átrio de entrada.

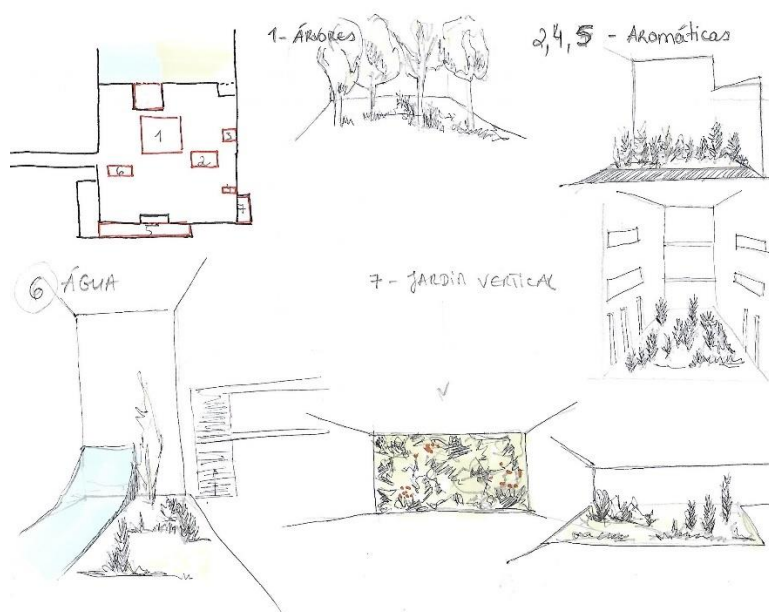


Figura 46 – Configurações dos pátios

Para não tornar estes equipamentos impessoais, foi pensado a criação de um bar, ao invés da colocação de máquinas dispensadoras. Este bar, está agregado a um pátio coberto, com vista para o espelho de água. Para diminuir os possíveis barulhos provenientes do bar, existe um pátio central, coberto por uma claraboia envidraçada, que permite o seu usufruto e se torna a peça central do Tribunal. Este pátio envidraçado, permite que a luz se difunda pelo espaço e funciona também como uma sala de espera.

No piso superior, situam-se os juízos local cível e juízo central cível, ambos com três salas de audiências e as respetivas salas de espera para testemunhas. Neste caso, duas das salas não têm acesso a pátio ou aberturas na fachada, e como tal, esse problema foi solucionado através de uma claraboia na cobertura. Este piso mantém a coerência do rés-do-chão, com as secretarias na mesma direção, os pátios para público e funcionários, os gabinetes e as salas polivalentes.

Nesta volumetria consolidada a única peça que se destaca é a rampa, que é materializada em vidro e perfis de ferro. Esta rampa, com 66m de comprimento total, permite ao utente um percurso e quase um 'sair' do edifício. Este volume traz dinamismo ao conjunto, apoia-se na alameda com a intenção de se agarrar à envolvente. Para além desta rampa, existe circulação vertical através de escadas associadas a um pátio e duas caixas de elevadores. Para dar destaque à peça envidraçada da rampa, nem as escadas nem o elevador têm um tratamento diferenciado do resto do espaço, 'a escada separa dois volumes, a rampa une'⁶⁷.

Os pátios têm especial destaque neste equipamento pelo facto de servirem como um desafogo, como uma sala de espera ao ar livre. Todos os pátios têm configurações, áreas e tratamentos diferentes, de modo a criar espaços heterogéneos. O pátio que está associado à escada tem o elemento da água, outros pátios em que é permitido fumar têm plantas aromáticas de modo a colmatar os cheiros. O pátio central terá um tratamento com relva, árvores e flores para uma variedade e cor no edifício. O pátio dos funcionários terá tratamento com relva, flores, plantas aromáticas, e no pátio do piso -1 será aplicado um jardim vertical de modo a colmatar os 3m de altura do muro. Todo este cuidado revela-se fundamental para um dinamismo interior, porque as plantas estão em constante alteração.

⁶⁷ Ruy Athougua, (2018) – documentário, 'Um moderno por descobrir' – RTP2

Em termos de materiais, existe uma preocupação, como já foi anteriormente referida, em utilizar os mesmo que o arquiteto Viana de Lima optou, de modo a criar uma coesão no projeto. Tanto no exterior através do uso do betão, como no interior, através dos materiais de acabamento, é importante está opção para que os edifícios funcionem espacialmente como um todo. Deste modo, em termos da materialização espacial, existe uma sistematização. As paredes exteriores são em betão branco com isolamento pelo interior, rebocadas e pintadas. O pavimento e o lambrim são em mármore de Estremoz. As caixilharias são em alumínio, os vãos em madeira de pinho assim como todo o mobiliário. A cobertura é ajardinada.

O espaço exterior não sofreu grandes alterações projetuais, visto a configuração ter sido planeada pelo arquiteto Viana de Lima, e pelo facto de neste momento estar consolidado e fazer sentido para este projeto que se mantivesse. Deste modo, a alameda permanece, mas com tratamento árvoreo que distingue a zona do Tribunal da zona de passagem e da zona de estacionamento público. A ligação da cota baixa à cota alta da cidade continua estabelecida, e foi desenhado um muro/banco, que percorre a alameda e permite que os utentes usufruam do espaço. Foram acrescentados espaços verdes por detrás do Tribunal e nas laterais, de forma a rodeá-lo de natureza criando uma barreira acústica que minimalize o ruído a Avenida 25 de Abril e Rua Doutor Alcides Monteiro.

7. Considerações Finais

A tese “Reabilitação e ampliação de um edifício Moderno”, surge no âmbito da minha ligação pessoal à cidade de Santa Maria da Feira, aliada ao facto de alertar para a importância da reabilitação do património nacional, na maioria das vezes esquecido.

Independentemente de qualquer concretização, este estudo procura responder a uma necessidade de reabilitar o património, promover a imagem da justiça, contribuindo através das valências arquitetónicas para a aproximação da justiça ao cidadão.

O conceito de justiça é muito vasto, com vários entendimentos e perspetivas, que torna este tema interessante. Contudo, um tema que ainda tem muito potencial para desenvolver, visto que, infelizmente, o património da justiça é na maioria das vezes esquecido, existindo muita escassez de conteúdos por parte do Ministério Público. A partir do estudo das características do edifício e do local, tornou-se fundamental a preservação do edifício atuando quase como um restauro, apenas adaptando para não adulterar a sua essência.

Esta proposta cruza diferentes tipos de referências de vários projetos nacionais e internacionais, experiências em locais judiciais, reuniões, de modo a compreender e adaptar o programa, para que fosse o mais real possível, mesmo tendo em conta o carácter académico.

Todo este leque de informação permitiu criar a minha própria ideia de um equipamento jurídico, que deveria responder a questões introspectivas, de segurança, de acessibilidade e respeito pelo espaço e pelo utente. E por fim, concluir que a Arquitetura tem a capacidade de criar ambientes que correspondam a todo o tipo de necessidades, o que torna esta área fascinante pelos desafios.

8. Bibliografia

Livros

- Almeida, Pedro Vieira – *Viana de Lima*
- Barbosa e Guimarães (2010) – Barbosa e Guimarães Arquitectos. Caleidoscópio.
- Breitling, Stefan (2001) - *História da Arquitetura, da antiguidade aos nossos dias*.
Editora: Druckhaus Locher GmbH.
- Brites, Joana - *Estado Novo, arquitetura e renascimento nacional*.
- Guerreiro, Paulo (2017) - *Viana de Lima e a influência do movimento moderno na Arquitetura Portuguesa* - Município de Esposende.
- Bastos, J. M. (2009) - *Atlas Santa Maria da Feira- 35 anos de Caminho da Democracia à União Europeia, Um Tempo de Excelência*.
- Bastos, José (2009) - *Atlas Santa Maria da Feira- 35 anos de Caminho da Democracia à União Europeia, Um Tempo de Excelência*. - Santa Maria da Feira
- MONTANER, Josep Maria (2001) - *Depois do Movimento Moderno,"* Arquitetura da segunda metade do século XX". Barcelona: Editorial
- Sanvito, Paulo (2012) - *A justiça e a finalidade do direito*.
- Silva, João Belmiro Pinto (2000) - *Terras de Santa Maria*. Anégia Editores.
- Portas, Nuno (2008) - *A Arquitetura para Hoje, Evolução da Arquitetura Moderna em Portugal*. Livros Horizonte.
- Tostões, Ana (1997). *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50* (2ª edição ed.). Porto.
- VASCONCELOS, Luis, e RASCÃO, Bruno (2009). *Espaços da Justiça*. Lisboa: NORPRINT.

Documentos

Espólio do arquiteto Viana de Lima, FAUP

Teses

- Branco, Patricia, 2015 – Análise da arquitetura judiciária portuguesa: as dimensões de reconhecimento, funcionalidade e acesso à justiça, Centro de estudos sociais da Universidade de Coimbra
- Fernandes, Dora Maria, 2005 – Museu Domus Ivstitiae -Casa da Justiça. Proposta de uma rede museal para a Justiça, Faculdade de Belas Artes de Lisboa
- Dias, João Carlos – No Património de Terras da Feira- Escola Superior Artística do Porto

Web grafia

<http://www.ministeriopublico.pt/historiamp/historia>

<https://tribunais.org.pt/>

<https://www.pgdporto.pt/proc-web/comarcas.jsf?circuloId=23&comarcaId=89>

<http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/um-destino-cego-para-a-casa-da-justica/>

<http://sitios.amp.pt/sitios->

[amp/sitiodet/31/?iframe=true&width=705&height=95%#](http://sitiodet/31/?iframe=true&width=705&height=95%#)

<http://www.municipio.esposende.pt/pages/267>

<http://jaquefalas.blogspot.com/2016/03/pelo-risco-de-viana-de-lima.html>

https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20alfredo%20viana%20de%20lima

<https://archtrends.com/blog/arquitetura-moderna/>

Documentários

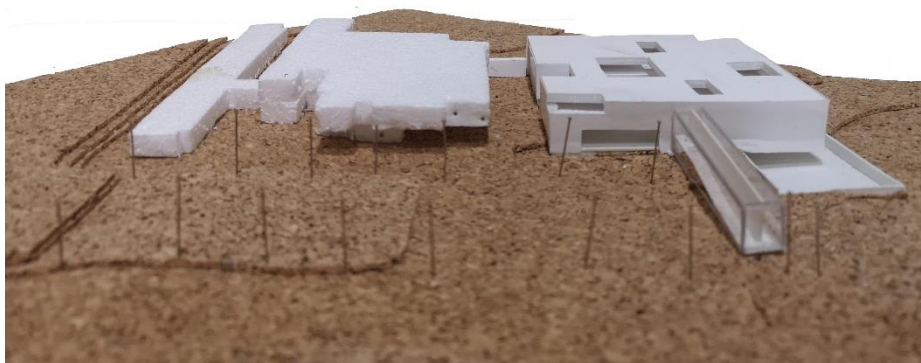
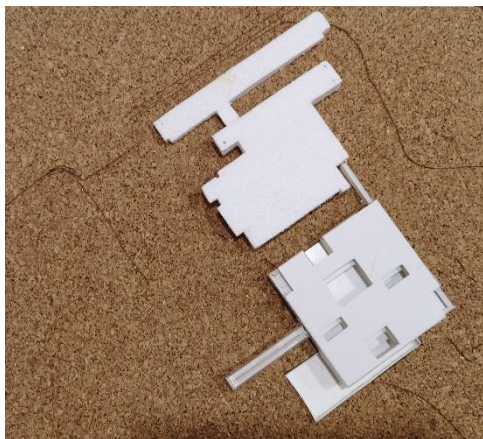
Le Corbusier - 7/02/2018, RTP2

Documentos legislativos

PDM Santa Maria da Feira (junho 2015)

Anexos

Maquete



Perspetivas em 3D do projeto

